



PREFEITURA DE
IELMO MARINHO

Plano Plurianual

2014 – 2017

“Desenvolvimento e Qualidade de Vida”

Ielmo Marinho, Junho de 2013

Prefeitura de Ielmo Marinho

Prefeito
Bruno Patriota Medeiros

Vice - Prefeito
Francenilson Alexandre dos Santos

Secretario de Administração e Finanças
Antonio Severiano da Câmara Neto

Secretaria de Educação e Cultura
Maria do Céu Silva

**Secretaria de Promoção e
Bem Estar Social**
Patrícia Kelly da Silva

Secretario de Obras e Serviços Urbanos
Gildo Bezerra

Gabinete do Prefeito
Renato Alves Bezerra

Secretario de Turismo, Esporte e Lazer
Francisco Barbosa da Silva

Secretario de Saúde
Sales Araújo Guedes

Secretario de Tributação
Arthur Patriota Medeiros

Procurador do Município
Dr. Jean Carlos Varela de Aquino

Outras Entidades

Presidente da Câmara de Vereadores
José Roberto Dias de Mesquita

Serviço Autônomo de Águas e Esgotos
Silvio Antônio de Araújo Guedes

Equipe Técnica

Fabricia Maria Januário

Flaviano Costa Lima

Maria Rozenaide Chagas de Araújo

Narciza Rodrigues de Moraes

Patrícia Kelly da Silva



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO
CNPJ: 08004525/0001-07

Mensagem

À Câmara Municipal de Ielmo Marinho

Senhor Presidente,

Senhores e Senhoras Vereadores e Vereadoras

Em obediência às normas constitucionais que jurei defender, tenho a honra de submeter à apreciação dessa douta Casa Legislativa o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2014 - 2017.

É uma emoção poder governar um Município que não se rende, não capitula e não teme desafios. Estou no dia a dia, trabalhando, informando e pedindo a colaboração de todos para nossa cidade caminhar segura, educada, limpa e consciente, com a celeridade possível, rumo ao seu destino e vocação de desenvolvimento.

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento estratégico para a ação do Governo Municipal na implementação das políticas públicas, que serão materializadas em bens e serviços à nossa população. O PPA que irá nortear as nossas ações para os próximos quatro anos, pelo seu conteúdo e importância é denominado "Gestão Transparente, Desenvolvimento e Qualidade de Vida".

As Diretrizes contidas neste plano traduzem as necessidades de demandas indicadas pela população durante o processo eleitoral e desses primeiros meses de governo. Por isso, contempla não só as políticas prioritárias de educação, saúde e saneamento, mas também aquelas voltadas para a assistência social, cultura, esporte e lazer,

habitação, gestão ambiental e infraestrutura urbana, mobilidade e acessibilidade, e desenvolvimento econômico.

O presente Plano Plurianual está de acordo com os preceitos contidos nos artigos 165 da Constituição Federal; Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG); Lei de Responsabilidade Fiscal (LF nº 101/2000); e o parágrafo do Artigo 7º inciso VII e X da Lei Orgânica do Município de Ielmo Marinho.

Implantamos uma mudança de cultura na elaboração do Plano Plurianual. Antes, sua estrutura se confundia com a do Orçamento Anual, porque se baseava no binômio "programa-ação". Agora são os programas temáticos, objetivos e iniciativas que passam a organizar, a nível estratégico, as ações do governo municipal. O Orçamento anual trata a questão operacional, propriamente dita, correspondente aos recursos alocados para pessoal, custeio, investimentos e dívida pública.

Nesse sentido, contempla ainda as diretrizes de integração, transversalidade e de alinhamento entre as diversas políticas públicas. A Gestão por Resultados é um dos componentes deste modelo. Orienta a equipe de governo ao acompanhamento, mensuração e avaliação dos resultados de suas ações, implicando em mudança de cultura na sistemática de avaliação e gestão. Isso porque é regra nacional a gestão pública não possuir compromisso de avaliar seus resultados.

Nossa democracia é rica na pluralidade das organizações políticas e na diversidade do pensar. Contudo, há um largo espaço de encontro para nossas convergências em favor da cidade e de nosso povo que espero esteja contemplado neste projeto.

Muito obrigado!

BRUNO PATRIOTA MEDEIROS - Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO
CNPJ: 08004525/0001-07

LEI Nº 403/2013 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2014/2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento ao disposto no art. 7, inciso VII e X e o art. 50, inciso III, alínea "b", da Lei Orgânica do Município de Ielmo Marinho.

Art. 2º O PPA 2014-2017 terá como Dimensão Estratégica:

- I - Igualdade Econômica e Social;
- II - Infraestrutura e Ordenamento Urbano;
- III - Gestão e Governança com Transparência.

Art. 3º O Plano Plurianual é estruturado por Programas Temáticos, de Gestão e Manutenção do Poder Executivo e Programa de Gestão do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os Programas, no âmbito da Administração Pública Municipal, para efeito do disposto no art. 7, inciso VII e X e o art. 50, inciso III, alínea "b", da Lei Orgânica, são os integrantes do Anexo I desta Lei.

Art. 4º As dimensões a que se refere o artigo 2º desta Lei constituem o elemento de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas que serão fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e as ações a serem estabelecidas nos Orçamentos Anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

§ 1º Integram o Plano Plurianual:

I - Anexo I: Os Programas Temáticos e o de Gestão, com os Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas e Programa de Manutenção dos Poderes constituídos;

II - Anexo II - A Matriz de Financiamento do Plano;

§ 2º As Leis Orçamentárias Anuais e seus créditos adicionais obedecerão rigorosamente os títulos dos Programas constantes neste Plano ou das Leis que o modifiquem.

§ 3º Para efeito das disposições do PPA 2014-2017 considera-se como atributo dos Programas:

I - Objetivo: Resultado que a Administração Pública Municipal deseja alcançar nas áreas de atuação;

II - Meta: Quantificação do objetivo, podendo ser expressa qualitativamente ou quantitativamente;

III - Iniciativa: atributo que declara a entrega de bens e serviços à Sociedade;

IV - Indicador: Medida de referência que permite identificar e aferir periodicamente, o alcance de resultado dos Programas auxiliando o monitoramento e avaliação;

Art. 5º As Iniciativas referidas no inciso I, do §1 do artigo anterior terão seus desdobramentos em Ações - Projetos e Atividades, na Lei Orçamentária Anual, em cada período do Plano definindo o detalhamento da aplicação dos recursos financeiros.

CAPÍTULO II DA GESTÃO DO PLANO Seção I

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual 2014-2017 observará os princípios de eficiência, eficácia, efetividade, publicidade e moralidade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas temáticos.

Art. 7º O Poder Executivo manterá sistema de gestão para monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e dos Programas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá estabelecer sistemática de apoio e gestão ao Plano, no âmbito de suas competências.

Art. 8º Cabe à Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF), coordenar o processo de gestão do Plano.

Seção II Das Revisões e Alterações

Art. 9º. A alteração ou a inclusão nos Programas constantes nesta Lei, se necessárias, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de Projetos de Lei;

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária encaminhado anualmente à Câmara, já incorporará os efeitos da revisão ou alteração do Plano Plurianual;

§ 2º A adequação das metas físicas e financeiras estabelecidas neste Plano, desde que não implique em recursos adicionais ao Programa poderão ser autorizadas por meio de Decreto do Poder Executivo.

Seção III Do Monitoramento e da Avaliação

Art. 10. O Plano Plurianual 2014-2017 será monitorado e avaliado pelos Órgãos e Entidades da Administração Municipal sob a coordenação da SEMAF, à qual compete definir diretrizes e orientações técnicas para sua execução.

§ 1º O Monitoramento é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa orientada para o alcance das metas prioritárias da Administração Pública Municipal.

§ 2º A avaliação consiste na análise das Políticas Públicas e dos Programas e será consolidada pela SEMAF em Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2014-2017, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 11. Os Órgãos e Entidades responsáveis pelo gerenciamento dos Programas e suas iniciativas e metas manterão atualizadas as informações referentes à execução física e financeira dos mesmos.

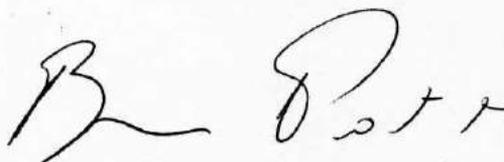
CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. São prioridades da Administração Pública Municipal os Programas de Saúde, Saneamento, Educação, Cultura, Inclusão Social, Econômica e Acessibilidade.

Art. 13. O valor global consignado no PPA 2014-2017 é uma estimativa dos recursos orçamentários, estando, portanto, sujeito à capacidade orçamentária e financeira do Município, em cada período.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de novembro de 2013.



Bruno Patriota Medeiros
Prefeito Municipal

APRESENTAÇÃO

O **Plano Plurianual 2014/2017 - "Gestão Transparente, Desenvolvimento e Qualidade de Vida"** - consiste nas ações que serão desenvolvidas em todo o território municipal ao longo deste período, referendando o compromisso deste governo com os seus cidadãos.

A elaboração do Plano é um momento oportuno que reúne diferentes atores sociais, com objetivo de instituir um projeto articulado para o desenvolvimento municipal, capaz de enfrentar os macrodesafios e as oportunidades disponíveis para transformar a base econômica do Município, e consequentemente um novo projeto de desenvolvimento para Ielmo Marinho, em bases sustentáveis.

Para isso se faz necessário somar ideias e ideais, oportunidades e competências, conhecimento e sabedoria. É assumir, discutir, descobrir o que une a sociedade e contornar o que os separa, respeitar os limites de cada especificidade. É um conjunto de acordos claros e viáveis, definidos entre os principais interessados na resolução dos problemas. É maximizar as potencialidades no presente e projetar investimentos no futuro, para desenvolver sem devastar e aumentar a qualidade de vida da população, sobretudo para os historicamente excluídos, no sentido de dar-lhes condições necessárias para contribuir e estarem inseridos no caminho dessas soluções.

Ao construir esse novo projeto que considera esses valores, a Administração Municipal traz como diretriz o resgate do planejamento como base na visão de futuro, que antecipa e propõe a concepção de caminhos possíveis e desejáveis. Neste sentido, o PPA 2014 - 2017: "Gestão Transparente, Desenvolvimento e Qualidade de Vida" possui uma estrutura inovadora que reflete uma concepção de planejamento influenciada pelo Pacto Federativo e no estabelecimento de parcerias com o Governo do Estado e outras entidades na formulação e implementação das principais agendas a serem executadas no período 2014 - 2017.

A construção do PPA apresenta Dimensões Estratégicas, Macrodesafios, Programas Temáticos, Iniciativas, Metas e Indicadores, este último em alguns casos, em fase de construção.



Neste contexto, o PPA foi estruturado a partir da visão de desenvolvimento sustentável, da difusão do conhecimento e da informação, da diversidade sócio-espacial do território municipal, concepções estas, que estimulam a elaboração de Políticas Públicas, em áreas temáticas de Saúde e Qualidade de Vida, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Combate a Pobreza e as Desigualdades Sociais e Educação para a Vida, como modelo de desenvolvimento de uma sociedade mais justa e base sustentável para a modernização administrativa.

Para assegurar essa estratégia de desenvolvimento, foram estabelecidas 03 (três) Macrodesafios, 07 (sete) programas temáticos, sendo 06 (seis) do Poder Executivo, definidos a partir da multissetorialidade e da transversalidade na aplicação das políticas públicas, e as Iniciativas a estes relacionadas, que expressam à entrega de bens e serviços à sociedade e a Gestão, Manutenção e Serviços Administrativos, e 01 (um) do Poder Legislativo.

Estes programas são concebidos na visão multissetorial e transversal, como princípio fundamental na maximização dos resultados e na economicidade dos recursos em busca do desenvolvimento municipal em base sustentável, visando a redução da pobreza, na melhoria na distribuição de renda, aliada a preservação e ao desenvolvimento socioambiental que são a base da construção teórica do PPA.

Destaca-se, a importância deste Novo Modelo, que dá ênfase a Gestão com foco em resultado, e tem por desafio a ação de planejar, executar, monitorar e avaliar os Programas, de forma organizada e sistêmica, buscando que o Município se torne mais ágil e mais preparado para responder às demandas da sociedade, acompanhando as entradas, o uso do recurso e o efeito de aplicação destes recursos nas prioridades selecionadas para a vida da população. Para tanto, os gestores públicos, peças fundamentais, assumem papel empreendedor, comprometidos com a Gestão por Resultado, legitimadas com a sociedade, traduzida no slogan do Plano "Gestão Transparente, Desenvolvimento e Qualidade de Vida".



CONCEITOS E ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual - PPA é o principal instrumento de Planejamento Estratégico para a implementação de políticas públicas. Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos Programas de duração continuada, para um período de 04 (quatro) anos, conforme disposto nos marcos legais, a saber: (a) Artigo 165 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 204 da Constituição Estadual de 1989; (b) Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG); (c) Lei Federal nº 101/2000 - Responsabilidade Fiscal, que exige a compatibilidade da execução das ações governamentais com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA); e VII e X (d), Artigo 7º da Lei Orgânica do Município de Ielmo Marinho.

O Plano Plurianual tem os seguintes objetivos:

1. Buscar a eficiência do gasto público, a eficácia e efetividade da ação governamental;
2. Definir com clareza as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, conferindo transparência aos objetivos e ações de governo, em parceria com a sociedade civil organizada;
3. Criar condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas;
4. Integrar planejamento, orçamento e gestão, orientando a Administração Pública Municipal para o cumprimento de metas e resultados;
5. Viabilizar o monitoramento e a avaliação das ações de governo executadas pela Administração Pública Municipal, fornecendo parâmetros para a mensuração dos resultados dessas ações no cumprimento de suas atribuições, bem como a melhoria dos Programas governamentais, com ênfase na Gestão por Resultados;

O Plano apresenta todas as ações, orçamentárias e não-orçamentárias, que serão executadas pelos órgãos, entidades e fundos, dos Poderes Executivo e Legislativo, no espaço territorial do Município de Ielmo Marinho, atribuindo à Lei Orçamentária Anual (LOA) o detalhamento e a classificação da despesa segundo as normas da Lei Federal nº 4.320/64.

Conforme o Art. 167, inciso I, da Constituição Federal, é vedado o início de quaisquer Programas e Ações que não constem no Plano Plurianual, ou seja, todas as ações que integram a LOA devem estar presentes previamente no PPA, conforme determina o Art. 165, §7º, da Constituição Federal, de modo a inserir as dotações orçamentárias em uma perspectiva de planejamento de curto e médio prazo, compatibilizando os dois instrumentos. O PPA, enquanto principal instrumento do planejamento estratégico possibilita a integração entre Planejamento e Orçamento de tal forma que as prioridades e metas estabelecidas na LDO sejam retiradas do Plano. Integração similar ocorre entre PPA e a LOA, com a inserção das prioridades, metas e da regionalização municipal.

Desta forma, os programas vão constar nos orçamentos, tendo suas iniciativas traduzidas em ações: projetos e atividades, assegurando uma efetiva integração entre o planejamento e sua execução, objetivo recomendado pelas melhores práticas administrativas, as quais requerem transparência por se tratar de pressuposto para que a população acompanhe a execução do orçamento e monitore o uso dos recursos públicos.

O planejamento plurianual foi estruturado e pode ser visualizado por meio do Mapa Estratégico onde é possível identificar as áreas de atuação e as prioridades na prestação dos serviços à população, transformando qualitativamente o impacto das políticas públicas.

Todos os programas a serem executados no PPA 2014-2017 foram estruturados relacionando-os às proposições do Plano do Governo e às demandas sociais, determinou-se os Macrodesafios da Gestão e os Programas Temáticos.

Os Programas Temáticos e seus desdobramentos deixam claro para o cidadão quais os problemas que o governo está combatendo, qual a prioridade que está sendo atribuída, e qual será a participação da arrecadação naquele programa. A estrutura do PPA, organizada por temas, permite maior transparência na distribuição dos recursos, o que torna o Plano um instrumento de controle mais eficiente. Na medida em que os Programas especificam os objetivos, as metas, as iniciativas e os recursos destinados a cada região particularizada do território municipal, oferecem parâmetros para mensurar resultados da ação governamental.



Quadro 1 – Dimensão Estratégicas, Eixos Temáticos e Programas.

Dimensão Estratégica	Eixos Temáticos	Programas
Igualdade Econômica e Social	Desenvolvimento Econômico Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação da Estrutura para o Agronegócio; ✓ Fortalecimento da Agricultura Familiar; ✓ Fortalecimento da Pecuária; ✓ Desenvolvimento econômico e industrial.
	Combate à Pobreza e as desigualdades sociais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecimento das políticas de Assistência Social; ✓ Inclusão Social e Habitação para baixa renda.
	Saúde e Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mais Saúde; ✓ Combate às drogas e proteção da família ✓ Farmácia para todos; ✓ Universalização do Pronto Atendimento; ✓ Modernização da Gestão ✓ Erradicação da Mortalidade Infantil e acompanhamento neonatal; ✓ Combate, prevenção e controle epidemiológico. ✓ Viver Melhor ✓ Construção e Reforma de quadra de Esportes ✓ Descobrimo Talentos pelo Esporte Proteção dos Mananciais e uso racional da água.
	Educar para a vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Modernização da Infraestrutura Escolar; ✓ Melhoria da qualidade e universalização do ensino; ✓ Manutenção da Gestão e dos Programas educacionais; ✓ Cultura e inclusão social



<p align="center">Gestão e Governança com Transparência</p>	<p align="center">Modernização Administrativa e da Gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Modernização Administrativa; ✓ Ielmo Marinho Legal; ✓ Modernização da Gestão; ✓ Fortalecimento do Controle Interno
<p align="center">Infraestrutura e Valorização Ambiental</p>	<p align="center">Infraestrutura e Urbanismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação e Melhoria da infraestrutura urbana; ✓ Sustentabilidade Ambiental

Trabalhar com Programas Temáticos metodologicamente facilita a relação entre as dimensões estratégica, tática e operacional do governo, confere um novo significado à dimensão tática no Plano e qualifica a comunicação dentro do governo e deste com a sociedade. A integração, o alinhamento, e intersetorialidade com os temas de políticas públicas, possibilitam a definição de indicadores globais, permitindo mensurar com maior rigor técnico os aspectos das macro-políticas adotadas no plano.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça as soluções adequadas à viabilização das políticas, a construção dos programas temáticos requer a formulação de um conjunto de Objetivos, Metas e Iniciativas, que são mensuradas através de indicadores capazes de medir os avanços conquistados, assegurando uma avaliação permanente das ações de governo na busca de uma Gestão por Resultado.

Os Objetivos expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. Declaram um enunciado que relaciona o planejar ao fazer com vistas a apontar os caminhos para a execução das políticas e, assim, orientar a ação governamental.



ANEXO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS

Caracterização do Município

Em 1932, marca-se a data de fundação da Vila de "Poço Limpo", como Distrito do município de São Gonçalo do Amarante, cujo Fundador foi o Sr. José Camilo Bezerra, um pequeno proprietário de um imóvel residencial e construtor do primeiro ponto comercial da Vila de Poço Limpo, que anos mais tarde passou suas terras a pertencer ao município de São Paulo do Potengi, neste período, a Vila de Poço Limpo, passou a atrair outros moradores e comerciantes, o que viabilizou a fundação da primeira feira livre da região. Todavia, em 27 de Agosto de 1963 a então Vila de Poço Limpo foi elevada à categoria de cidade passando a ser denominada de "Município de Ielmo Marinho" conforme Lei Estadual de Nº. 2.909/63, publicada no Diário Oficial do Estado de 28 de Agosto de 1963, tendo como primeiro Prefeito do novo município o Sr. Luiz Paulino Soares nomeado em 26 de Janeiro de 1964 pelo à época em exercício, Governador do Estado. A mudança de nome da antiga Vila de Poço de Limpo para município de Ielmo Marinho, deve-se a uma família tradicional da vila, cujo patriarca era o Sr. Abílio Marinho de Queiroz e sua esposa Maria das Dores de Queiroz, fazendeiros e políticos influentes da região, desta união nasceu um filho por nome de Ielmo Marinho, que veio a falecer aos 24 anos de Idade, cuja vida era dedicada ao progresso da região, sendo justa a homenagem dando seu nome ao recém criado município.

O novo município teve ainda como Prefeito eleito constitucionalmente o Sr. José Valdevino de Mesquita, importante fazendeiro da região, nomeado para o período de 31.01.1965 a 31.01.1970, em seguida assumiu o cargo o Sr. Edgar de Sena Alves, líder político do município, nomeado para o período 31.01.1970 a 31.01.1973.

Atualmente, o município de Ielmo Marinho, possui como Prefeito constitucional o Senhor Bruno Patriota Medeiros, eleito no pleito do dia 07 de Outubro de 2012 para o período de 01.01.2013 a 31.12.2016.



O município de Ielmo Marinho situa-se na mesorregião Agreste Potiguar e na microrregião Agreste Potiguar, limitando-se ao norte como os municípios de Ceará-Mirim e Taipu, ao Sul com São Pedro e Macaíba, ao Leste com São Gonçalo do Amarante e Ceará-Mirim e ao Oeste com São Pedro e Santa Maria, abrangendo uma área de 313,4 km² equivalente a 0,59% da superfície estadual, inseridos nas folhas João Câmara (SB.25-V-C-IV) e Natal (SB.25-V-C-V), na escala 1:100.000, editadas pela SUDENE. A sede do município, apresenta coordenadas 05°49'26,4" de latitude sul e 35°33'10,8" de longitude oeste, com altitude de 65 metros, distando da capital cerca de 54 km, sendo seu acesso, a partir de Natal, efetuado através das rodovias pavimentadas BR-304 (Natal-Mossoró) e RN-064 (Ceará-Mirim á Santa Maria).

Segundo dados do Censo 2010 (IBGE), o município apresenta um contingente populacional de 12.188 habitantes distribuídos, sendo 1.539 habitantes na área urbana e 10.649 habitantes na área rural, possuindo mais de 40 comunidades, na qual se destacam os aglomerados urbanos de Canto de Moça e Umari.

O município de Ielmo Marinho possui 85,07% de seu território inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Potengi e 14,93% na bacia hidrográfica do Rio Doce, sendo banhado pela sub-bacia do Rio Potengi, que o atravessa no sentido SW-E. Seus tributários são do Rio Camaragibe e os riachos da Telha, do Meio, Salgado e Pedra Branca. Não existem açudes com capacidade de acumulação igual ou superior a 100.000m³, existindo como principais corpos de acumulação, as lagoas: da Jurema, Timbaúba, de Dentro, Capivara e dos Doidos. Todos os cursos d' água têm regime intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico.

O cenário que se apresenta para o crescimento da economia municipal, nas próximas décadas, exige ações de governo tecnicamente consistentes e politicamente viáveis para potencializar projetos e impedir o município de conviver com os males sociais de um novo ciclo de economia de fronteira com os municípios limítrofes e aqueles que integram a Região Metropolitana da grande Natal. Para o alcance desse objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade, a partir da adoção de um modelo econômico apoiado na inovação tecnológica e que prioriza a preservação ambiental, na geração de emprego, trabalho e renda e na ampliação do acesso a saúde, assistência, educação, esporte e lazer e cultura, o governo elegeu 03 (três) Macrodesafios articulados em 06 (seis)

Programas Temáticos, cujos Objetivos integram um conjunto de prioridades que correspondem às perspectivas de resultados da atuação municipal e na execução de políticas públicas integradas.

A handwritten signature or mark, possibly initials, located below the main text block.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA - IGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL

Quadro1. Dimensão Estratégica - Igualdade Econômica e Social.

Dimensão Estratégica	Eixos Temáticos	Programas
Igualdade Econômica e Social	Desenvolvimento Econômico Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação da Estrutura para o Agronegócio; ✓ Fortalecimento da Agricultura Familiar; ✓ Fortalecimento da Pecuária; ✓ Desenvolvimento econômico e industrial.
	Combate à Pobreza e às desigualdades sociais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecimento das políticas de Assistência Social; ✓ Inclusão Social e Habitação para baixa renda.
	Saúde e Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mais Saúde; ✓ Combate às drogas e proteção da família ✓ Farmácia para todos; ✓ Universalização do Pronto Atendimento; ✓ Modernização da Gestão ✓ Erradicação da Mortalidade Infantil e acompanhamento neonatal; ✓ Combate, prevenção e controle epidemiológico. ✓ Viver Melhor ✓ Construção e Reforma de quadra de Esportes ✓ Descobrimo Talentos pelo Esporte ✓ Proteção dos Mananciais e uso racional da água.
	Educar para a vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Modernização da Infraestrutura Escolar; ✓ Melhoria da qualidade e universalização do ensino; ✓ Manutenção da Gestão e dos Programas educacionais; ✓ Cultura e inclusão social

Macrodesafios:

- a) Ampliar o acesso à saúde, à assistência social, à educação, à cultura e ao esporte e lazer com equidade, qualidade e valorização da diversidade.
- b) Promover novo modelo econômico onde a tecnologia e a inovação sejam o eixo estruturante do desenvolvimento e da transformação produtiva

R

ambientalmente sustentável com fomento a geração de emprego, trabalho e renda.

- c) Propiciar a segurança e a integridade dos cidadãos através de parcerias entre esferas de governo e da sociedade civil organizada.

SERVIÇOS DE SAÚDE

A prestação de serviços de saúde no município de Ielmo Marinho, através do Sistema Único de Saúde (SUS), vem apresentando baixo desempenho nos últimos anos, em relação ao acesso e a qualidade dos serviços de saúde ofertados à população, apontado no ano de 2010 e divulgado em 2012, conforme índice FIRJAN, ocupando a posição de 145 entre os 167 municípios do Estado, com uma pontuação de 0,7326 ficando abaixo da média estadual que é 0,7809.

A Estratégia Saúde da Família - ESF definida como porta de entrada da Atenção Básica, não apresentou bom desempenho em relação à cobertura, com 91,1% abaixo da média estadual que é 97,7% conforme dados divulgado pelo Selo UNICEF (2009-2012) comprometendo as ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação e reabilitação de doenças e agravos, principalmente nas comunidades rurais.

O município possui 08 (oito) unidades de saúde distribuindo em seu território, em vem buscando melhorar a qualidade do atendimento construindo novas unidades e ampliando e reformando outras com o objetivo melhorar os índices de cobertura de atendimento, como também vem ampliando o seu quadro funcional das equipes da Estratégia Saúde da Família e da Estratégia Saúde Bucal. Contudo o município necessita investir nas políticas publicas de prevenção evitando que as doenças crônicas tornem o serviço público em saúde insuficiente.



Figura 1 – Melhoria a saúde das Gestantes



MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES

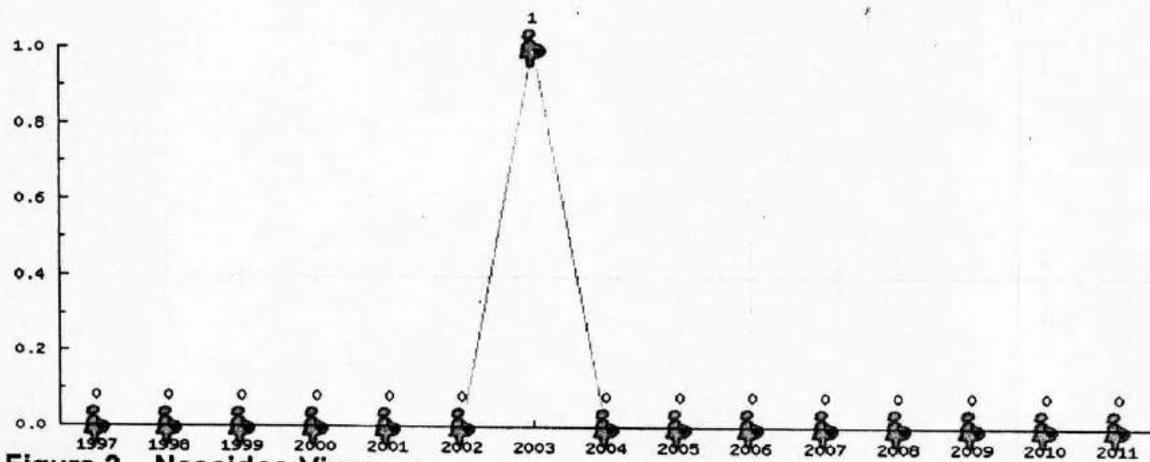
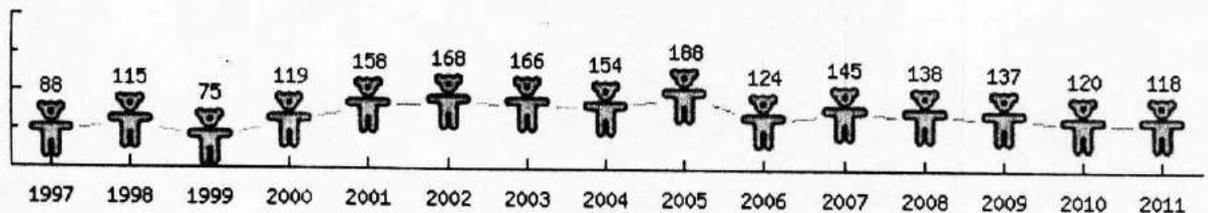


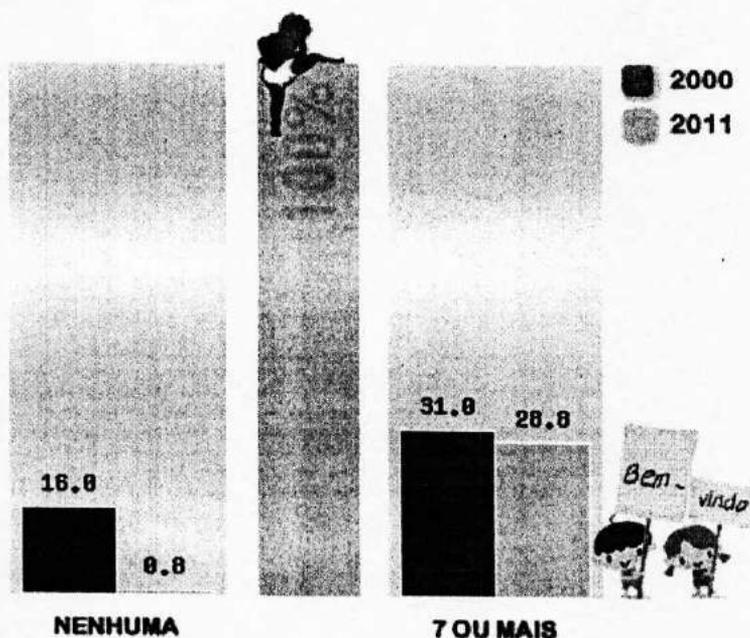
Figura 2 – Nascidos Vivos



De acordo com o Ministério da Saúde o município tem melhorando seus índices mostrando que o número de óbitos no município, de 1997 a 2011, foi 1, conforme figura 1. A taxa de mortalidade materna máxima recomendada pela Organização Panamericana de Saúde - OPAS é de 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos.

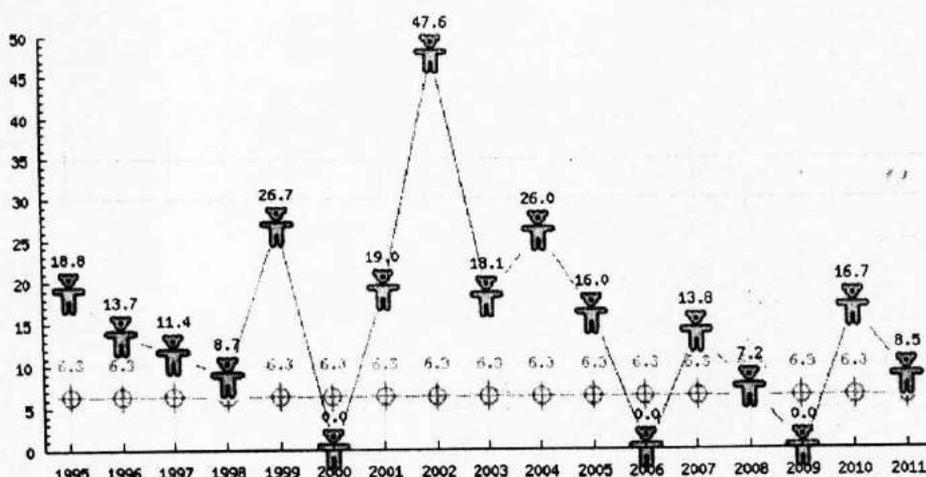
No Brasil, em 2010, esse número foi de 60,1; mas devido a subnotificações estaria próximo de 68,2 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, segundo a estimativa da Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSAs. Óbito materno é aquele decorrente de complicações na gestação, geradas pelo aborto, parto ou puerpério (até 42 dias após o parto). É importante que cada município tenha seu Comitê de Mortalidade Materna, inclusive ajudando no preenchimento da declaração de óbito, para evitar as subnotificações e melhorar o entendimento das principais causas das mortes.

Figura 3 - Percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natais - 2011



O Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, seis consultas pré-natais durante a gravidez. Quanto maior o número de consultas pré-natais, maior a garantia de uma gestação e parto seguros, prevenindo, assim, a saúde da mãe e do bebê. A proporção de gestantes sem acompanhamento pré-natal, em 2011, neste município, foi de 0,9%. As gestantes com 7 ou mais consultas foram 28,8%. Em 2011, no Município, 98,3% dos nascidos vivos tiveram seus partos assistidos por profissionais qualificados de saúde. A previsão, em 2008, era de que 92,0% dos nascidos vivos estimados para o Estado fossem registrados nos sistemas de controle de nascidos vivos.

Figura 4 – Mortalidade Infantil



Segundo o DATASUS do Ministério da Saúde o número de óbitos de crianças menores de um ano no município, de 1995 a 2011, foi 36.

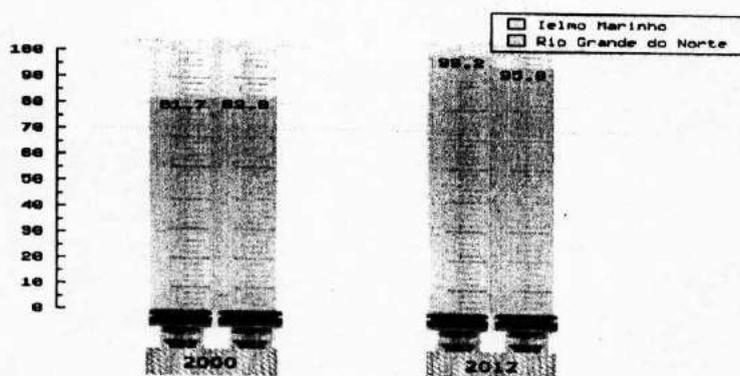
A taxa de mortalidade de menores de um ano para o município, estimada a partir dos dados do Censo 2010, é de 11,1 a cada 1.000 crianças menores de um ano. E das crianças de até 1 ano de idade, em 2010, 6,7% não tinham registro de nascimento em cartório. Este percentual cai para 1,2% entre as crianças até 10 anos.

O número de óbitos de crianças de até um ano informados no Estado representa 63,0% dos casos estimados para o local no ano de 2008.

Esse valor sugere que pode ter um alto índice de subnotificação de óbitos no município.

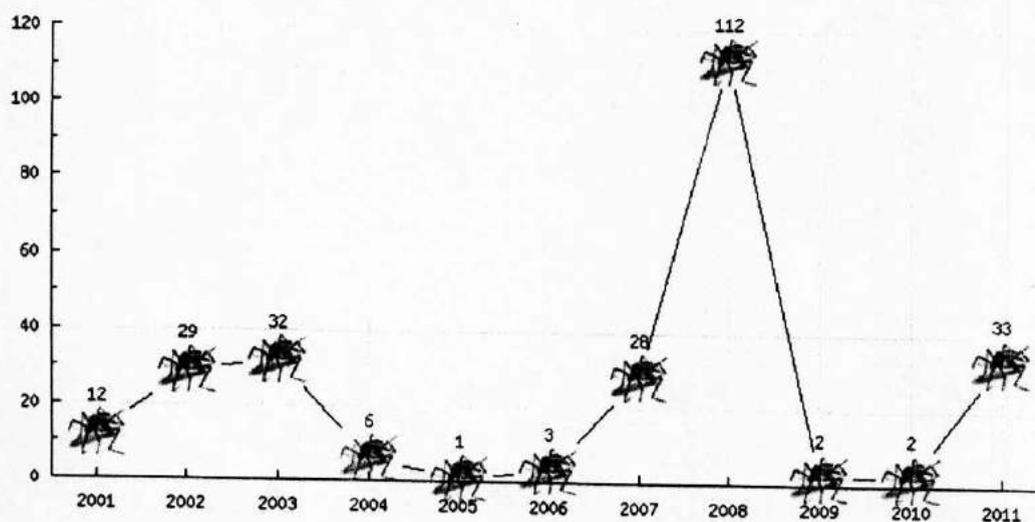
Entre 1997 e 2008, no Estado, a taxa de mortalidade de menores de 1 ano corrigida para as áreas de baixos índices de registro reduziu de 53,3 para 21,1 a cada mil nascidos vivos, o que representa um decréscimo de 60,4% em relação a 1997.

Figura 5 - Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia - 2000-2012



Uma das ações importantes para a redução da mortalidade infantil é a prevenção através de imunização contra doenças infectocontagiosas. Em 2012, 99,2% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia.

Figura 6 - Número de casos de doenças transmissíveis por mosquitos - 2001-2011



Algumas doenças são transmitidas por insetos, chamados vetores, como espécies que transmitem malária, febre amarela, leishmaniose, dengue, dentre outras doenças. No município, entre 2001 e 2011, houve 260 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais nenhum caso confirmado

88

de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 2 casos confirmados de leishmaniose, 258 notificações de dengue.

A taxa de mortalidade (a cada 100 mil habitantes) associada às doenças transmitidas por mosquitos no Estado, em 2011, foi de 0,5.

O Brasil inclui-se entre os países com alto número de casos de hanseníase no mundo. A hanseníase, é uma doença infecciosa, causada por uma bactéria, que afeta a pele e nervos periféricos. No Estado, em 2009, a prevalência de hanseníase era de 0,8 a cada 10 mil habitantes.

O município vem tentando melhorar os índices na área de saúde, criando o programa municipal "Mais Saúde", com o intuito de fortalecer a rede local e melhorando os índices, com políticas voltadas para diversos grupos de trabalhos e ramos de atuação.

O Programa prevê o fortalecimento da rede de saúde mental e o enfrentamento da crescente dependência de crack e outras drogas, destacando-se as metas de contratualização de leitos de atenção integral em saúde mental em hospitais gerais e unidades residenciais terapêuticas temporárias.

Todas essas realizações devem ser respaldadas por ações de promoção e de vigilância em saúde, com destaque para o controle da dengue e pela garantia da assistência farmacêutica integral, a ser alcançada com a ampliação do Programa Farmácia Popular em áreas do município que não possuam cobertura desse serviço.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No que se referem à promoção da cidadania e proteção dos direitos humanos, as ações estão direcionadas à reestruturação da política de assistência social e da função de seguridade social, desenvolvendo ações articuladas nas áreas de assistência, saúde, emprego, trabalho e renda, com ampla participação



de representantes da sociedade civil organizada. Integrada as demais políticas públicas de cunho social, a assistência social visa contribuir para a universalização dos direitos sociais, enfrentando a pobreza extrema e provendo condições mínimas para o atendimento a contingências sociais. O principal objetivo é garantir o acesso a bens e serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, e de violação de direitos.

A execução da política pública de assistência social no Município tem como pressuposto o investimento na implantação e implementação de programas, benefícios, serviços e projetos em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, e a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social NOB/SUAS, com ações articuladas nos níveis de Proteção Social Básica.

Na área da Proteção Social Básica, que objetiva prevenir situações de risco pessoal e social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, existe apenas 01 (um) Centro de Referência da Assistência Social CRAS, responsáveis pelo desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família PAIF, que presta atendimento às famílias, possibilitando-lhes acompanhamento psicossocial, o acesso ao Benefício da Prestação Continuada-BPC, ao Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, ao Programa Bolsa Família, aos cursos de formação profissional, aos benefícios eventuais como auxílio funeral e apoio alimentar entre outros. Além do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV, que complementa o atendimento familiar através de atividades socioeducativa, culturais, esportivas e de lazer junto aos grupos de convivência compostos por ciclo de vida por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI, do Projovem Adolescente e do Atendimento ao Idoso.



A Proteção Social Básica é composta pelo Centro de Convivência da Terceira Idade, que podem atender a população de idosos do município, com cerca de 1.347 habitantes segundo site do IBGE, com atividades restritas às áreas de cultura e do lazer, haja vista a insuficiência de recursos humanos e materiais; a Coordenação do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e do Programa Bolsa Família com 2.243 famílias beneficiárias, conforme site Transparência governo federal - www.transparencia.gov.br.

Quanto ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que exige intersectorialidade com várias políticas sociais a serem desenvolvidas em conjunto com a SESMA, SEHAB, SEMMA, Defesa Civil e outras, encontra-se deficitário, necessitando de ampliação da equipe técnica e do aporte de investimentos para a manutenção de sua infraestrutura e qualificação do quadro técnico-funcional.

O município não possui serviços especializados de assistência social, tendo como consequência do processo de envelhecimento e da violência urbana, outras vulnerabilidades se associam às existentes, ampliando os riscos de isolamento e exclusão do acesso à convivência familiar e comunitária, bem como a um conjunto de atividades essenciais ao bem estar. Portanto, é fundamental a estruturação da Vigilância Social, ampliando a capacidade de planejamento e monitoramento dos serviços prestados, a qualificação dos recursos humanos; o efetivo reordenamento da rede prestadora de serviços de alta complexidade; o desenvolvimento de novas estratégias de identificação das crianças e adolescentes para sua inclusão em serviços sócios assistenciais qualificados e integrados à transferência de renda.

Neste sentido, o Programa Saúde e Assistência Social propõe elevar o percentual de famílias atendidas pelo CRAS e por profissionais especializados



operando segundo padrões nacionais de funcionamento; produzir e divulgar orientações técnicas para qualificação de equipe de referência do CRAS; e ofertando serviços específicos de proteção social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, de atendimento especializado a mulheres em situação de violência, para população em situação de rua e expandir o número de pessoas idosas e com deficiência recebendo o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

O tema Educação com resgate da cidadania objetiva intensificar o acesso e a inclusão da criança e do jovem nas atividades desenvolvidas pelos diferentes programas sociais, adequando os espaços físicos das escolas e capacitando o magistério para o atendimento dessa população.

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A prioridade de atendimento na Rede Municipal de Educação de Ielmo Marinho, é para os níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental. A garantia da educação básica no Plano de Ação Articuladas - PAR, o qual é baseado na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Figura 7 - Número de Escolas no município.

Escolas Públicas Municipais	Escolas Públicas Estaduais	Escolas Particulares
23	02	01

Fonte: www.ibge.gov.br

A Rede Municipal de Educação RME, atende cerca de 2.597 alunos, sendo 2.222 no ensino fundamental e 375 na pré-escola, conforme dispõe site do IBGE, tendo como referência o ano de 2012.

A qualidade da educação do município segundo o site da FIRJAN ocupa a 71ª colocação a nível estadual, ficando acima da média estadual. Neste sentido, o atendimento no Ensino Fundamental anos iniciais, encontra-se rumo à universalização. Entretanto, os anos finais requerem um esforço do poder público

no que trata da ampliação da oferta. Há necessidade de investimento em infraestrutura, em recursos pedagógicos, em projetos de acessibilidade, bem como em parcerias multissetoriais e transversais que contribuam para a concretização das políticas públicas municipais na área da educação.

A inclusão escolar permite a efetivação das relações de respeito, identidade e dignidade, de modo que todos os alunos, independente de classe, etnia, gênero, religião, cultura, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma demonstração de compromisso com a promoção dos direitos humanos a partir dos princípios de cidadania, justiça e solidariedade. Nesse sentido, a Educação Inclusiva é um movimento de transformação política, cultural, social e pedagógica, pautado em ações de enfrentamento à exclusão dentro e fora da escola.

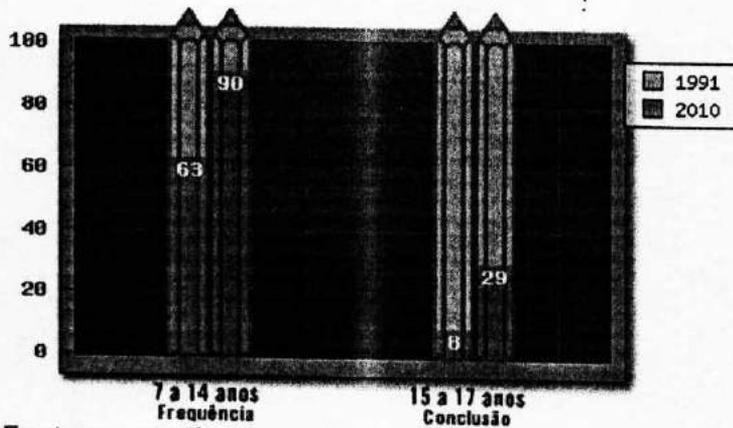
Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a questão dar-se-á pelo incentivo do retorno de jovens e adultos à escola e pela continuidade desse público nas etapas subsequentes da educação básica. Para isso, o Município atuará em parceria com os entes federados no fortalecimento da articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, além de prover outros recursos necessários para criar condições de acesso à educação de qualidade e de permanência desses alunos na escola.

Neste sentido, é necessário o estabelecimento de parcerias com o Governo Federal para captação de recursos junto aos programas de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, de Atendimento Educacional Especializado AEE e o Programa Escola Acessível, bem como a ampliação da capacidade gerencial da Secretaria Municipal de Educação SEMEC para gestão desses programas. Destaca-se a necessidade de uma política de articulação interinstitucional do município com as diferentes esferas de governo, o que contribuirá para elevar a oferta educacional com qualidade.

Apesar de se observar uma crescente universalização do Ensino Fundamental, verifica-se, ainda, que a evasão e a repetência são fatores que atingem, sobretudo, crianças, adolescentes e jovens da população negra e indígena, provocando um estrangulamento na conclusão deste nível de ensino.



Figura 8 - Taxa de frequência e conclusão no ensino fundamental - 1991-2010



Fonte: www.ibge.gov.br

No município, em 2010, 9,6% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental.

A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 29,4%. Caso queiramos que em futuro próximo não haja mais analfabetos, é preciso garantir que todos os jovens cursem o ensino fundamental. O percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 93,0%.

No Estado, em 2010, a taxa de frequência líquida no ensino fundamental era de 88,2%. No ensino médio, este valor cai para 40,4%.

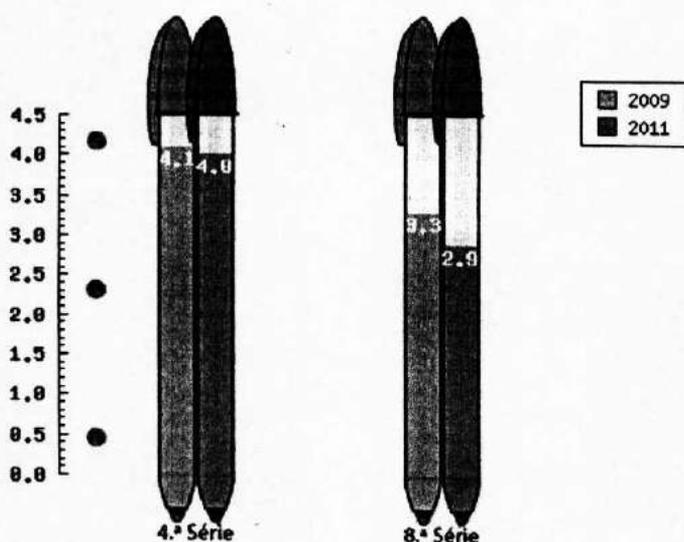
Figura 9 - Distorção idade-série no ensino fundamental e médio - 2012



[Handwritten signature]

Segundo o site do Ministério da Educação – INEP, a distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, estão com idade superior à recomendada nos *anos iniciais*, 26,2% e nos *anos finais*, 52,1% chegando a 52,7% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio.

Figura 10 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 2009/2011



Ainda segundo o Ministério da Educação O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10. Neste quesito o município ocupa a 3.836.ª posição, entre os 5.565 do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.ª série, e na 3.884.ª, no caso dos alunos da 8.ª série. O IDEB nacional, em 2011, foi de 4,7 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 3,9 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,5 e 6,0.

A Política Cultural é fator de inclusão social. Assim, para manter o desenvolvimento social, o município, com a participação da sociedade deve assumir o papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural e no estabelecimento de marcos regulatórios para a economia criativa. A atuação do poder público, portanto, deve assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de

8

todos os cidadãos no atendimento às suas dimensões simbólica, social e econômica.

A maior proximidade do poder público com os entes atendidos pela ação governamental propicia condições favoráveis à adequação da política às manifestações culturais típicas de cada localidade, quando o primeiro assume seu papel de indutor dos investimentos na área cultural, bem como propositor e gestor de políticas de alcance municipal e regional.

Neste sentido, o Programa Temático ao incorporar estratégias para a política cultural do Município, busca a base conceitual e programática do Plano Nacional de Cultura PNC no combate às relações excludentes que historicamente caracterizam o acesso à cultura e à arte no Município, o rompimento da desigualdade sociocultural, a difusão das artes locais e de apelo nacional, e a promoção da criação, da produção, do acesso e de preservação culturais.

Como direito social garantido pela constituição brasileira, o Esporte tem recebido maior atenção, sendo encarado como um importante instrumento de reversão do quadro da vulnerabilidade social e de saúde pública, além de contribuir para a formação integral dos indivíduos. A democratização do acesso ao esporte requer a ampliação e qualificação da infraestrutura colocada à disposição das comunidades para atividades esportivas e de lazer.

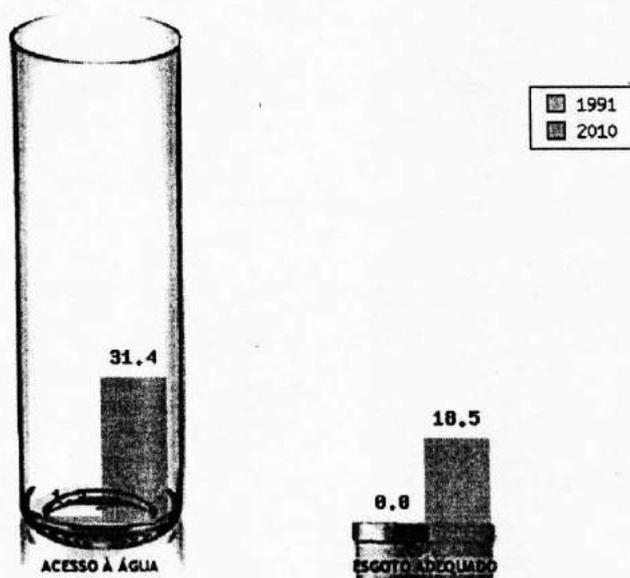
A política pública para os esportes deve desenvolver-se a partir de relações intersetoriais na busca de um maior alcance e de efeitos mais significativos nas políticas sociais. Um exemplo é a articulação da política de esporte educacional com as políticas para educação nas escolas participantes do Programa Mais Educação, que financia o aumento da oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas, bem como projetos que podem ser executados em parceria com a política cultural e de saúde pública.

Dentre os principais objetivos do Programa referente ao tema Esporte e Lazer, destacam-se a criação de projetos de esporte e atividade física que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população; a ampliação do acesso de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar e ao esporte, com ênfase nas áreas de vulnerabilidade social; o apoio aos atletas

amadores que preencham os requisitos e se candidatem ao Bolsa-Atleta; e a implantação e modernização da infraestrutura esportiva em áreas prioritárias do município, como por exemplo a expansão das Academias ao Ar Livre e as Praças de Esporte via recursos do Ministério dos Esportes.

SANEAMENTO

Figura 11 - Percentual de moradores com acesso a água ligada à rede e esgoto sanitário adequado - 1991-2010



No tocante ao atendimento aos munícipes em 2010, 31,4% dos moradores tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo e 18,5% possuíam formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas. Enquanto no Estado, em 2010, o percentual de moradores urbanos com acesso à rede geral de abastecimento, com canalização em pelo menos um cômodo, era de 93,5%. Com acesso à rede de esgoto adequada (rede geral ou fossa séptica) eram 53,6%. É desafio do município melhorar o acesso da população à água e nos últimos 2 anos a gestão municipal tem trabalhado arduamente para que todos os munícipes tenha acesso de boa qualidade.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Programa Desenvolvimento Econômico Sustentável estimula o crescimento da economia municipal, a partir de um modelo econômico sustentável de exploração da base produtiva, levando em consideração a

natureza das atividades econômicas predominantes. Nesse sentido, é imprescindível fortalecer uma política econômica, apoiada na integração entre os setores da agricultura familiar e da aquicultura, com o suporte da assistência técnica e valorização dos recursos e produtos naturais apoiando a organização dos produtores, segundo o modelo do associativismo e do cooperativismo, como forma de implementar e consolidar novas cadeias produtivas de caráter sustentável e de desenvolvimento limpo.

A prioridade de governo está atrelada ao desenvolvimento com sustentabilidade, tendo como objetivo primeiro criar e aplicar conhecimento de modo integrado às necessidades da sociedade, fomentando a incorporação de novas tecnologias ao sistema produtivo local. É necessário fazer com que o meio rural e a agricultura possam oferecer melhores condições de vida para seus habitantes e qualificar ainda sua contribuição para a implementação de um ciclo sustentável de crescimento e de desenvolvimento do município. Assim, a administração municipal ao investir na agricultura familiar, com a parceria com o Governo Federal e Estadual, promoverá um conjunto de políticas públicas simultâneas e continuadas de garantia do direito a terra e de democratização da estrutura fundiária, de segurança alimentar, de desenvolvimento territorial e de integração regional.

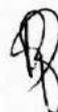
A diversidade das identidades das populações rurais implica na necessidade de se ter uma estratégia de desenvolvimento rural multidisciplinar, garantindo tratamento diferenciado para os públicos menos favorecidos, como povos e comunidades tradicionais e mulheres.

Com o intuito de potencializar esta atividade econômica, o Programa Desenvolvimento Econômico Sustentável estimulará o aumento da pecuária apoiando a logística para o setor, com prioridade para o pequeno produtor.

Também na área de serviços pretende-se a implantação de um pólo industrial com a instalação de

TURISMO

A indústria do Turismo apresenta maiores boas possibilidades na geração de emprego e renda para o Município. Integrada com a Política estadual de fomento ao setor é possível dinamizar o setor, com o intuito de transformar



os atrativos naturais e culturais em produtos turísticos gerando demandas tanto a nível nacional quanto internacional.

Nesse sentido, esta atividade complementa e agrega valor tanto aos demais segmentos econômicos quanto às iniciativas culturais, de infraestrutura e ordenamento urbano. É fundamental articular a agenda de ações do turismo com as oportunidades e demandas oriundas dos demais setores, com flexibilidade e capacidade de resposta. Exemplo disso tem sido para o Município, com recente apoio de a Prefeitura galgar lugar de destaque no cenário local, regional, nacional e internacional, mostrando suas belezas naturais e culturais (patrimoniais, gastronomia, manifestações artísticas, viços turísticos ofertados).

O turismo deverá se consolidar nos próximos anos como um forte setor da economia municipal, o que reforça a importância tanto do planejamento estratégico quanto do modelo de gestão para o setor, por meio da integração entre as diversas instâncias de governo com a participação da iniciativa privada e representações da sociedade civil. Contudo, a carência de infraestrutura física e humana e o progresso tecnológico relativamente lento, constituem ameaças na implementação de um novo paradigma de modelo econômico para o município de Ielmo Marinho. A correlação positiva entre investimento produtivo e crescimento do nível de ocupação da força de trabalho precisa garantir a expansão diversificada do crédito, cabendo estimular o investimento produtivo dos micro e pequenos empreendedores urbanos, desde as Micro e Pequenas Empresas até Microempreendedores Individuais, e os empreendimentos econômicos e coletivos, próprios da Economia Solidária. Adicionalmente é necessário investir na infraestrutura adequada para absorver o mercado informal, também ampliando as linhas de crédito com desburocratização dos instrumentos, bem como incentivar a qualificação continuada dessa mão-de-obra e sua inserção no mercado formal de trabalho.

Todavia, o incentivo ao desenvolvimento econômico, tanto para o micro quanto para o empresário em geral, não se resume apenas a concessão de crédito e formalização de suas atividades. É preciso instrumentalizar a sociedade para que ela possa produzir sua vida material, indo além da simples geração de emprego e renda, pois é imprescindível gerar resultados que propiciem melhorias



sociais e econômicas, e com isto aumentar as possibilidades de crescimento individual e da sociedade como um todo.

HABITAÇÃO

Figura 12 – Quantidade de Domicílios do município de Ielmo Marinho – Censo 2010

Domicílios particulares não ocupados	576	domicílios
Domicílios particulares ocupados	3.353	domicílios

Fonte: www.ibge.gov.br

A política habitacional, norteadada pelo princípio de universalização do acesso à moradia, necessidade básica e indispensável para a sobrevivência e dignidade dos cidadãos, associa ao conceito de moradia a garantia de condições de habitabilidade, envolvendo aspectos como a qualidade da unidade habitacional, a segurança da posse da terra, a infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos; sistema viário (mobilidade e acessibilidade); disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços como transporte público de qualidade, áreas de lazer e de convívio social com qualidade ambiental, segurança e oferta de trabalho, emprego e renda.

O déficit habitacional do Município de Ielmo Marinho é de 300 unidades habitacionais segundo dados do Censo 2010 (IBGE), ou seja, apenas 5,5% das famílias do município ainda não possuem moradia dignas um índice baixo considerando a realidade nacional. Nos últimos anos, o município de Ielmo Marinho construiu mais de 500 unidades habitacionais para as famílias de baixa renda. Neste sentido, o município já realizou a III – Conferências das Cidades, promovendo os avanços necessários para erradicação do déficit habitacional como marco das atuais gestões na busca pela melhoria da qualidade. Contudo para universalizar o acesso à moradia digna faz-se necessário facilitar não só o acesso à moradia pronta, como urbanizar/regularizar áreas ocupadas precariamente e/ou irregularmente, melhorando suas condições de habitabilidade mediante a provisão dos serviços básicos essenciais, bem como a intervenção do

poder público no mercado habitacional devendo orientar os processos de regulação, financiamento, promoção e produção da moradia.

Assim cabe uma estratégia de atuação do poder público para romper a tradição de beneficiar uma parte da demanda deixando sem atendimento a maioria da população, devendo-se procurar reduzir o custo da habitação, diversificar os produtos e adequá-los às especificidades da configuração urbana local.

SEGURANÇA PÚBLICA E PATRIMONIAL

Na Segurança Cidadã, o governo tem como prioridade a observância do equilíbrio entre a segurança coletiva e os direitos individuais, a melhoria da gestão e a integração operacional e compartilhamento de informações entre a Guarda Municipal de Ielmo Marinho e outras instâncias através de parceria com o Governo Estadual para a melhoria da segurança pública com a modernização da infraestrutura e, sobretudo, dos sistemas de inteligência conjuntos, e investimentos, capacitação de recursos humanos e equipamentos individuais, assim como as ações de polícia comunitária com o desenvolvimento de ações preventivas por meio de projetos sócios educativos e culturais executados em parceria com diversos órgãos da administração municipal. A política de segurança pública municipal orienta-se pelos princípios de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz, prevenção à violência.



DIMENSÃO ESTRATÉGICA INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO URBANO

Quadro 2. - Dimensão Estratégica por Eixo Temático e programas - Infraestrutura e Ordenamento Urbano

Dimensão Estratégica	Eixo Temático	Programas
Infraestrutura e a valorização ambiental	Infraestrutura e Urbanismo	✓ Ampliação e Melhoria da infraestrutura urbana; ✓ Sustentabilidade Ambiental

Macrodesafios:

- a) Promover a habitabilidade e o acesso a terra urbanizada, a moradia, o saneamento ambiental e o ordenamento do espaço urbano com vista ao melhoramento dos índices de qualidade de vida e do equilíbrio ambiental e a garantia de mobilidade e acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos.

Figura 13 – Máquinas e equipamentos



Na área de infraestrutura urbana o município apesar de ter conseguido alguns avanços melhorando do acesso aos serviços urbanos, ainda necessita de muitos investimentos, tendo que em vista que o mesmo ainda não possui um

R

Plano Diretor, como também lei de uso e ocupação do solo, instrumentos básicos e necessários para o Planejamento de longo prazo. Nos últimos anos o município teve seu parque máquinas e equipamentos totalmente renovados e estruturado o que vem possibilitando proporcionar melhorias já perceptíveis nos índices de desenvolvimento.

Portanto, é necessário combater os processos de esvaziamento de áreas consolidadas e providas de infraestrutura e serviços urbanos, bem como evitar a ocupação de áreas ambientalmente frágeis ou de preservação ambiental. Reconhecer as áreas irregulares como parte da cidade formal, provendo-as da infraestrutura e serviços urbanos básicos, bem como regularizando a posse das propriedades, é outro desafio constante ao planejamento e ordenamento urbano municipal.

Figura 14 – Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente



QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

PRESERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE



RECURSO
HÍDRICO



O município declara ter apresentado ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses, com alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população.

O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, criado no ano de 2007. O Conselho é paritário. Não houve reuniões nos últimos 12 meses.

O município não contou com recursos específicos para a área ambiental nos últimos 12 meses. Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente. E não realiza licenciamento ambiental de impacto local.

O município necessita criar um conjunto dessas ações, desenvolvidas de forma articulada e integradora, potencializa melhores condições de vida para a população, tanto na qualificação do ambiente urbano e rural, na preservação dos recursos naturais, tanto na adoção de estratégias que promovam o

desenvolvimento econômico e social das famílias que exercem atividades de conservação e o uso sustentável dos bens e serviços da biodiversidade.

Considerando a gestão ambiental responsabilidade comum do poder público e do conjunto da sociedade, a divulgação e o acesso aos dados e informações ambientais geradas revestem-se de especial importância para a elaboração e consolidação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Nesse sentido, o Programa Temático ao tratar a Gestão Ambiental objetiva a geração, sistematização e disseminação das informações sobre a qualidade do meio ambiente.

A Política de Saneamento ambiental deve ser entendida como parte essencial da indução do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população por meio da integração dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais, esta ação torna-se importante tendo em vista que o município não possui sistema de tratamento de esgotos e resíduos, diante desse cenário, é necessário que sejam tomadas providências a fim de recuperar e preservar os recursos naturais das bacias hidrográficas e o seu papel como unidade de planejamento ambiental, de maneira integrada e associada a um processo de articulação interinstitucional com o conjunto de agentes sociais e governamentais, na busca de dotar o município de mecanismos de gestão para proporcionar os usos múltiplos da água e assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável.

Em síntese, cabe ao Município o papel de indutor e fomentador de novas práticas, a alocação de recursos, a definição de diretrizes, a instituição de normas e a promoção da integração entre os agentes que atuam no setor. O município necessita criar uma política ou programa Mobilidade Urbana como o objetivo de criar políticas atinentes à circulação de pessoas e cargas, infraestrutura de transporte, acessibilidade e trânsito que visa proporcionar o acesso amplo e equânime ao espaço urbano, propondo ações socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis que viabilizem a convivência urbana coletiva.

É importante induzir a priorização de ações no transporte coletivo urbano, visto que o município não possui linhas regulares, através de sistema de

permissão e ou concessão, existindo atualmente apenas frota de taxis composta por 29 veículos autorizados por lei.

A handwritten signature or set of initials in black ink, consisting of several loops and a vertical stroke, positioned below the text.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA

Quadro 3. - Dimensão Estratégica por Eito Temático e programas - Gestão e Governança com Transparência.

Dimensão Estratégica	Eixo Temático	Programas
Gestão e Governança com Transparência	Modernização Administrativa e da Gestão	✓ Modernização Administrativa; ✓ Ielmo Marinho Legal; ✓ Modernização da Gestão; ✓ Fortalecimento do Controle Interno

Macrodesafios:

- a) Garantir a qualidade dos serviços públicos com eficácia, eficiência e efetividade estimulando o controle social;
- b) Estabelecer política de valorização do servidor municipal, estimular a capacitação, com ênfase para o atendimento das necessidades críticas da administração municipal, garantindo a avaliação de desempenho por meio da meritocracia.
- c) Modernização da gestão pública por meio da melhoria dos processos e inovações tecnológicas de modo a promover agilidade e otimização dos recursos públicos.

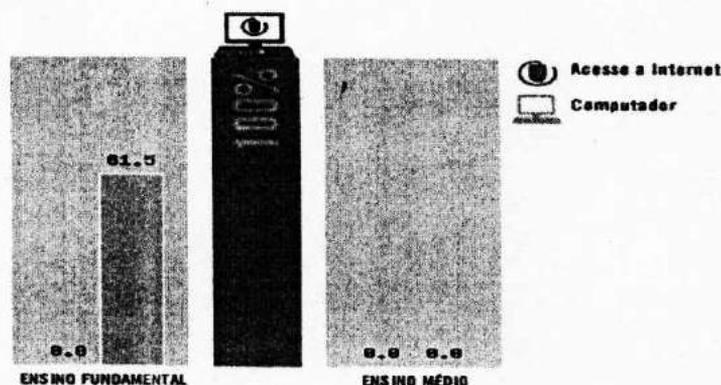
É fundamental desenvolver formas de gestão que assegurem os instrumentos necessários para o aumento da eficiência e eficácia dos serviços ofertados à população e da efetividade da administração pública, e de criação de mecanismos que possibilitem uma relação mais democrática entre poder público e sociedade.

A valorização, a credibilidade e o estímulo ao servidor público são importantes vetores de transformação da gestão, portanto, é preciso melhorar,

mudar, simplificar e, ao mesmo tempo, tornar eficiente a forma com a qual a administração pública gerencia os recursos e os bens públicos.

Servir com qualidade e agir com presteza na solução de conflitos e no atendimento e na resposta ao cidadão são o princípio de toda e qualquer administração pública. Os servidores públicos têm a missão de formular, executar, monitorar e avaliar políticas públicas destinadas a melhorar a vida da população. E este será o fio condutor das ações do governo.

Figura 15 – Acesso a Internet na rede escolar



O Município tem investido na área de tecnologia para mudar o quadro atual, disponibilizado internet em todos os prédios da sede município e aumento número de computadores nas escolas municipais com intuito de universalizar o acesso as tecnologias. Neste sentido no Município, em 2005, o percentual de escolas do Ensino Fundamental com laboratórios de informática era de 0,0%; com computadores 61,5% e com acesso à internet 0,0%. As escolas do Ensino Médio com laboratórios de informática era de 0,0%; com computadores 0,0% e com acesso à internet 0,0%.

A transparência da gestão pública está garantida não somente pelo aspecto formal da legislação em vigor, mas, sobretudo, pela compreensão de que as ações governamentais e respectivos recursos utilizados devem ser de conhecimento do cidadão, que é o agente propulsor do financiamento e das ações da administração pública.

Implantar tecnologias e implementar o planejamento estratégico e operacional em todos os níveis da administração, com adoção de metas e

indicadores de resultados, é o desafio para sustentar a ousadia do Plano Plurianual.

Por fim, garantir mecanismos que assegurem ao servidor público o desenvolvimento profissional na sua carreira, a aplicação da meritocracia, como estímulo, inclusive de remuneração e de outros benefícios indiretos, associados a política de reconhecimento de produtividade são os grandes referenciais que o PPA aponta para o envolvimento dos servidores públicos na gestão por resultados.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, positioned below the main text.

PROGRAMAS TEMÁTICOS
GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA

EIXO TEMÁTICO:	1.1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO	
	REFERÊNCIAS	
	ANO BASE	INDICE
Participação da Administração Pública no PIB Municipal (%)	2010	45,1
Servidores estatutários (servidor)	2013	374
Servidores comissionados (servidor)	2013	298
Servidores em vinculo permanente	2013	93

PROGRAMA	1.1.1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
OBJETIVO	Dotar a administração de estrutura eficiente e eficaz de maneira a diminuir os entraves burocráticos, atender as demandas da sociedade e da própria administração.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	GABINETE DO PREFEITO



METAS 2014 -2017

Implantar uma nova estrutura administrativa
Implantar o sistema de transparência pública
Otimização e qualificação do atendimento

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
1.1.1.1.	Reequipamento do Gabinete	75	100	10	5	5	5
1.1.1.2.	Implantação e Manutenção dos instrumentos de transparência Pública: Diário Oficial Eletrônico, Portal da Transparência e Sistema de Acesso à Informação	75	100	10	5	5	5
1.1.1.3.	Implantação da Ouvidoria Municipal	0	100	25	25	25	25
1.1.1.4.	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	75	100	10	5	5	5

PROGRAMA	1.1.2 IELMO MARINHO LEGAL
OBJETIVO	Dotar a administração de instrumentos jurídicos capazes de melhorar o fluxo administrativo e otimizar a oferta dos serviços públicos
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	PROCURADORIA MUNICIPAL

METAS 2014 -2017

Fortalecer a segurança jurídica dos processos
Revisar o arcabouço jurídico dotando a administração de instrumentos legais eficientes para o desenvolvimento das políticas públicas
Focar a administração em objetivos concretos

NUMERO	INICIATIVA	UNID/QUANT	VALOR
1.1.2.1.	Reequipamento da Procuradoria Municipal	UN/1	
1.1.2.2.	Manutenção das atividades da Procuradoria	UN/1	

PROGRAMA	1.1.3.MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
OBJETIVO	Modernizar os mecanismos e instrumentos de gestão de modo a melhorar Os resultados da gestão e a oferta de atendimento de excelência ao cidadão.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

METAS 2014 -2017

Aprimorar a inteligência fiscal
Informatizar o controle administrativo e tributário
Melhorar o controle patrimonial
Fortalecer e ampliar o corpo técnico e funcional

Nº	INICIATIVA	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
1.1.3.1.	Capacitar o Corpo Técnico municipal	30	100	10	15	20	25
1.1.3.2.	Realização de concurso público	85	100	5	10		
1.1.3.4.	Informatização do Sistema Tributário Municipal	10	100	25	30	25	10
1.1.3.5.	Revisão implantação do cadastro imobiliário e planta de valores	5	100	25	25	25	20
1.1.3.6.	Manutenção da Secretaria	50	100	14	12	12	12
1.1.3.7.	Reequipamento da Secretaria	50	100	14	12	12	12

PROGRAMA	1.1.4. FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO
OBJETIVO	Modernizar, reestruturar, informatizar e capacitar a Unidade de Controle Interno, visando a otimização e legalidade do gasto público.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	CONTROLADORIA MUNICIPAL

METAS 2014 -2017

Melhorar o fluxo de processos
Otimizar o gasto público

Nº	INICIATIVA	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
1.1.4.1.	Informatização da Controladoria Municipal	5	100	50	20	20	5
1.1.4.2.	Manutenção da Controladoria Municipal	50	100	14	12	12	12
1.1.4.3.	Reequipamento da Controladoria Municipal	50	100	14	12	12	12

**PROGRAMAS TEMÁTICOS
IGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL**

EIXO TEMÁTICO:	2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	
	REFERÊNCIAS	
	ANO BASE	ÍNDICE
Produto Interno Bruto Municipal – PIB (em milhões de reais)	2011	65,5
População Rural em relação à população total	2010	87,3
Participação da Indústria no PIB Municipal (%)	2011	10,5
Participação da agropecuária no PIB Municipal (%)	2011	20,0
Participação do setor de serviços no PIB Municipal (%)	2011	14,6
Rebanho bovino (cabeça)	2011	11.353
Rebanho suíno (cabeça)	2011	3.095
Produção de cana-de-açúcar (tonelada/safra)	2011	300.000
Produção de abacaxi (fruto/safra)	2011	350.000
Famílias envolvidas na agricultura familiar	2012	1.700
Famílias envolvidas na cultura temporária da cana-de-açúcar	2012	120
Famílias envolvidas na cultura temporária do abacaxi	2012	250
Proporção de investimento na Agropecuária em relação ao orçamento geral	2012	FABRÍCIA
Participação da indústria no PIB Municipal	2010	10,5

PROGRAMA	2.1.1. AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PARA O AGRONEGÓCIO
OBJETIVO	Ampliar a infraestrutura de uso comum que dá suporte ao setor produtivo, promovendo o acesso da população aos meios que facilitam a produção, o abastecimento e o escoamento dos produtos.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

METAS 2014 - 2017

Aumentar o investimento no Setor Agropecuário do Município através da ampliação de parcerias com a União e o Estado
Ampliar a rede de abastecimento e de armazenamento de água para apoio às famílias e à agricultura familiar irrigada



Consolidar o programa kit irrigação ampliando o atendimento ao pequeno produtor rural
 Implantação da rede de abastecimento de produtos proporcionando o crescimento econômico da população

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.1.1.1.	Construção e conservação de reservatórios de água (açudes, barreiros, lagoas)	40	80	10	10	10	10
2.1.1.2.	Construção de barragens subterrâneas	0	30	5	10	10	5
2.1.1.3.	Construção de poços tubulares	40	100	20	10	20	10
2.1.1.4.	Construção do Matadouro Público Municipal.	10	100	80	10	-	-
2.1.1.5.	Construção do mercado do produtor	10	100	80	10	-	-
2.1.1.6.	Construção do Horto Municipal	0	100	5	15	30	50

PROGRAMA	2.1.2. FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
OBJETIVO	Aumentar, com o apoio de outras esferas de governo, a participação do setor produtivo local no PIB Municipal promovendo a qualificação do agricultor familiar através da assistência técnica e inovação tecnológica, contribuindo para aumento de renda e fortalecendo a economia local.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

METAS 2014 - 2017

Ampliar o apoio ao pequeno produtor rural através do incentivo a diversificação produtiva e inserção dos produtos no mercado consumidor
Apoiar e incentivar a produção de base ecológica e orgânica
Promover em parceria com outras esferas de governo a garantia de preços como estratégia de inclusão produtiva
Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores familiares.
Organizar a produção agrícola familiar para a inserção no mercado local
Apoiar e incentivar o cooperativismo e associativismo
Fortalecer o apoio ao microempreendedorismo

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.1.2.1.	Aumentar o número de famílias beneficiadas com o programa Corte de Terras	70	100	10	10	5	5
2.1.2.2.	Reativar o Programa Novo Canavial com o seu fortalecimento e qualificação	10	100	20	30	20	20
2.1.2.3.	Reestruturar e qualificar o Programa Mais Abacaxi	30	100	20	30	10	10
2.1.2.4.	Ampliação do Programa de distribuição de sementes	70	100	10	10	5	5
2.1.2.5.	Implantar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura local para a Merenda Escolar	5	100	70	10	10	5
2.1.2.6.	Implantação da Feira Municipal	0	100	10	40	25	25
2.1.2.7.	Ampliar o número de vagas no Programa Garantia Safra	30	80	20	10	10	10
2.1.2.8.	Apoio a implantação de hortas comunitárias	0	50	10	20	10	10
2.1.2.9.	Incentivo a piscicultura	0	50	10	20	10	10
2.1.2.10	Consolidação e certificação da Feira Brasileira do Abacaxi	50	100	30	10	5	5
2.1.2.11	Desenvolver parcerias com empresas como o SEBRAE, SENAR, SENAC, EMATER, EMPARN, Escolas Técnicas e Universidades públicas e privadas para a qualificação dos setores produtivos com vistas ao adequado manejo e uso sustentável da produção	20	80	30	10	10	10
2.1.2.12.	Incentivar a diversificação produtiva com o aproveitamento e beneficiamento da produção	5	70	10	30	10	15
2.1.2.13.	Implantação de campo de experiência e aprendizado para estabelecimento e custeio de culturas demonstrativas	0	80	20	20	20	20
2.1.2.14	Instalação de um APL - Arranjo Produtivo Local	0	100	25	25	25	25

PROGRAMA	2.1.3. FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA
OBJETIVO	Utilizar os mecanismos de apoio à preservação do rebanho, a comercialização de produtos da pecuária visando à garantia do abastecimento interno e o fortalecimento da economia local.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

METAS 2014 -2017

Melhorar a qualidade do rebanho bovino
Intensificar o atendimento à saúde do rebanho
Aumentar as reservas de alimento animal
Ampliação do rebanho através do aumento do rebanho ovino e caprino

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.1.3.1.	Ampliar o apoio ao pequeno pecuarista através da qualificação e melhoramento genético do rebanho bovino	5	50	10	10	10	15
2.1.3.2.	Ampliar o atendimento à saúde do rebanho através da distribuição de vacinas para o pequeno criador	50	100	25	25	25	25
2.1.3.3.	Apoio a produção e armazenamento de ração animal	20	50	5	10	5	10
2.1.3.4.	Apoio a ampliação do rebanho ovino e caprino	5	50	10	10	10	15

R

PROGRAMA	2.1.4. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INDUSTRIAL
OBJETIVO	Apoiar a base industrial do Município com a apropriação de inovações tecnológicas e novos modelos produtivos, como forma de fortalecer a economia de maneira sustentável.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

METAS 2014 -2017

Elevar a participação do setor industrial no PIB Municipal
Dotar o Município de espaço para o debate das práticas inovadoras e produtivas
Criar instrumentos legais de desenvolvimento urbano econômico e social
Implantar novos modelos produtivos
Dotar o Município de arcabouço legal que favoreça o desenvolvimento

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.1.4.1.	Construção e Implantação de 01 Distrito Industrial	3	100	25	50	15	7
2.1.4.2.	Implantação de 01 Incubadora de Empresas na área industrial	0	100	25	25	25	25
2.1.4.3.	Construção do Centro de Convenções	10	100	70	20	-	-
2.1.4.4.	Elaboração do Plano Diretor do Município	0	100	25	75	-	-
2.1.4.5.	Parcerias com Universidades, Escolas Técnicas e com a iniciativa privada para a capacitação da força de trabalho local	1	70	25	25	19	-

EIXO TEMÁTICO	2.2. COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS	
INDICADORES	REFERÊNCIAS	
	ANO BASE	ÍNDICE
Investimentos na Assistência social em relação ao Orçamento Geral	2012	-
Crianças/Adolescentes cadastrados no PETI	Maio/2013	180
Adolescentes cadastrados no PROJOVEM	Maio/2013	125
Idosos cadastrados no Programa Conviver	Maio/2013	150
Pessoa com deficiência beneficiária do Benefício de Prestação Continuada – BPC	Dezembro/2012	24
Pessoa idosa beneficiária do Benefício de Prestação Continuada – BPC	Dezembro/2012	3
Beneficiários do BPC na escola		
Famílias dependentes do aluguel social	Maio/2013	4
Famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional	Maio/2013	200
Famílias inscritas no Cadastro Único	2012	2.707
Famílias inscritas no Programa Bolsa Família	2012	2.054
Famílias em situação de extrema pobreza	2012	3.301

PROGRAMA	2.2.1. FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETIVO	Nortear e dinamizar a política municipal de assistência social, de modo a universalizar as ações para a melhoria da qualidade de vida e diminuição das desigualdades sociais de famílias e segmentos sociais mais vulnerabilizados, dentro das perspectivas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL

METAS 2014 -2017

Aumentar o investimento no Setor, com recursos próprios do Orçamento Municipal
Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, dentro da perspectiva do SUAS
Trabalhar ações que divulguem os direitos das mulheres
Promover em parceria com a União, ações de qualificação para equipes de referência do CRAS, visando o bom atendimento e acompanhamento dos programas Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais.

R

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.2.1.1	Ampliação, reforma e adequação da estrutura física das unidades de assistência social	50	100	10	10	20	10
2.2.1.2.	Assistência a gestante através da doação de material (kit gestante)	60	100	10	10	10	10
2.2.1.3.	Descentralização do atendimento social através da Ação "Caravana da Cidadania"	20	90	30	20	20	10
2.2.1.4.	Segurança alimentar e nutricional através da distribuição de cestas básicas a famílias em alto risco nutricional	40	80	10	10	10	10
2.2.1.5.	Assistência funeral a famílias vulnerabilizadas	80	100	5	5	5	5
2.2.1.6.	Incrementar as ações de inclusão produtiva através de ações que visem a geração de emprego e renda	20	90	30	20	20	10
2.2.1.7.	Criação e Fortalecimento de Conselhos vinculados a Assistência Social	70	100	10	10	5	5
2.2.1.8	Monitoramento dos programas de assistência social	50	100	10	20	10	10
2.2.1.9.	Realização da conferência Municipal da Assistência Social						
2.2.1.10	Manutenção das Atividades Administrativas da assistência social	20	80	10	20	20	10

PROGRAMA	2.2.2. CONSTRUÇÃO, MELHORAMENTO, REFORMA E REGULARIZAÇÃO DE LOTES E UNIDADES HABITACIONAIS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA
OBJETIVO	Ampliar através de parcerias com os Governos Estadual e Federal, a segurança, salubridade e melhores condições de habitabilidade promovendo a produção, o melhoramento e reforma de moradias de interesse social.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL

METAS 2014 -2017

Implementar a urbanização de áreas habitadas e frágeis por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental
Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.2.2.1.	Erradicação de casas de taipa	50	100	10	10	20	10
2.2.2.2.	Urbanização de áreas habitadas	20	80	10	10	20	20
2.2.2.3.	Construção de novas moradias	30	80	10	10	10	20
2.2.2.4.	Reforma e melhoramentos em moradias	20	80	10	10	20	20
2.2.2.5.	Implantação do programa de aluguel social	10	50	10	10	10	10
2.2.2.6.	Mapeamento das áreas de risco	1	100	25	25	25	24
2.2.2.7.	Regularização fundiária urbana	1	50	10	10	10	20

R

EIXO TEMÁTICO: 2.3. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
INDICADORES	REFERÊNCIAS	
	ANO BASE	INDICE
População do Município	2010	12.171 hab.
População urbana	2010	12,7
População Rural	2010	87,3
População com idade entre 15 e 29 anos de idade	2010	28,16
Equipamentos esportivos comunitários na Zona Urbana	2012	-
Equipamentos Esportivos na Zona Rural	2012	-
Proporção de investimento em esportes em relação ao orçamento geral	2012	-
Cobertura das Equipes de agentes comunitários	2012	97,06%
Cobertura das equipes de saúde bucal	2012	100,00%
Cobertura das equipes de saúde da família	2012	97,06%
Cobertura vacinal Contra gripe	2012	82,49%
Índice de mortalidade materna	2012	0
Taxa de incidência de tuberculose	2012	100,00%
Taxa de mortalidade infantil	2012	46,51%
Taxa incidência de dengue	2012	43 CASOS
Capacitação permanente dos funcionários da saúde	2012	02 (dois) - curso em vigilância em saúde-CEFOPE
Percentual da oferta de medicamentos dentro do âmbito da assistência farmacêutica		100,00%
Taxa de dependentes de álcool, tabaco e drogas		Sem indicador
Percentual de área coberta com coleta regular de lixo urbano		100,00%

OGRAMA:	2.3.1. CONSTRUÇÃO REFORMA E RECUPERAÇÃO DE UNIDADES ESPORTIVAS
OBJETIVO	Oportunizar a universalização do esporte amador como meio de redução Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO , ESPORTE E LAZER

METAS 2014 -2017

Aumentar o investimento em Esporte amador através da ampliação de parcerias com a União e o Estado
Elevar a taxa de atendimento esportivo ao jovem entre 15 e 29 anos

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.1.1.	Ampliação da oferta de equipamentos esportivos com a construção de quadras poliesportivas no Distrito de Canto de Moça e Alegria	40	80	10	10	10	10
2.3.1.2.	Reforma, recuperação e adequação de 09 quadras esportivas existentes	1	100	25	25	25	24

RB

PROGRAMA	2.3.2. DESCOBRINDO TALENTOS ATRAVÉS DO ESPORTE
OBJETIVO	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

METAS 2014 -2017

Aumentar o investimento em Esporte amador através da ampliação de parcerias com a União e o Estado
Elevar a taxa de atendimento esportivo ao jovem entre 15 e 29 anos
Difundir a cultura da prática esportiva com a oferta de múltiplas modalidades
Fortalecer o Programa "Descobrimdo Talentos Através do Esporte"

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.2.1.	Construção de um centro de apoio ao atleta na sede do Município	1	100	30	50	20	
2.3.2.2.	Aquisição de um ônibus para o transporte de atletas	1	100	100			
2.3.2.3.	Ampliação do Programa "Descobrimdo Talentos Através do Esporte, com a inclusão das modalidades: atletismo, basquete, voleybol e artes marciais	25	100	25	25	25	
2.3.2.4.	Construção de uma pista de atletismo	1	100	10	40	30	19
2.3.2.5.	Construção de espaço físico para a prática de artes marciais	1	100	10	50	30	9
2.3.2.6.	Extensão do Programa "Descobrimdo Talentos Através do Esporte" para todas as Escolas da rede Municipal.	1	100	25	25	25	24
2.3.2.7.	Oferta de bolsa para incentivo ao esporte amador	1	70	20	20	20	19
2.3.2.8.	Oferta de materiais esportivos	30	80	10	10	20	10

8

PROGRAMA	2.3.3. PROGRAMA MAIS SAÚDE
OBJETIVO	Modificar o quadro de Saúde da população garantindo seu acesso a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica através de ações de prevenção, promoção e recuperação planejadas e programadas por ciclos de vida.
ORGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Metas 2014-2017:

Apoio e fortalecimento para a inclusão das práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) nas Redes de Atenção à Saúde
Desenvolvimento de estratégias diferenciadas de atenção à saúde que busquem ampliar a reinserção social dos usuários do SUS
Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar
Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens
Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.3.1	Ampliação e reforma das Unidades Básicas de Saúde;	60	100	10	10	10	10
2.3.3.2.	Ampliação do número de Agentes Comunitários de Saúde;	80	100	5	5	5	5
2.3.3.3.	Ampliação do numero de Equipe de Saúde da Família	80	100	5	5	5	5
2.3.3.4.	Capacitação de profissionais nas áreas de regulação, controle, avaliação e sistemas de informação em saúde;	50	100	10	20	10	10
2.3.3.5.	Conclusão de uma Unidade Básica de Saúde da Sede do município.	1	100	50	25	24	-
2.3.3.6.	Reequipamento de Unidades Básicas de Saúde	50	100	10	20	10	10
2.3.3.7.	Implantação da Realização Teste do Pezinho para todas as Unidades de Saúde do município;	1	100	25	25	25	24
2.3.3.8.	Informatização das Unidades de Saúde;	20	80	15	15	15	15

2.3.3.9.	Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde;	80	100	5	5	5	5
2.3.3.10	Manutenção dos serviços de saúde	80	100	5	5	5	5
2.3.3.11	Reequipamento das unidades de saúde	70	100	10	10	5	5

R

PROGRAMAS	2.3.4. Combate, prevenção e controle epidemiológico.
OBJETIVOS	Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde, controlando a transmissão e ocorrências de doenças.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

METAS 2014-2017

Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres
Fomento a educação em saúde ambiental para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos
Fortalecimento da promoção da Saúde
Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis
Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde
Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.4.1.	Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando a atingir 95% de cobertura vacinal	75	95	5	5	5	5
2.3.4.2.	Ampliar o tratamento dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera	80	100	5	5	5	5
2.3.4.3.	Implantação e/ou implantação do controle e notificação de situações ligadas as mais diversas áreas da saúde preventiva e curativa	80	100	5	5	5	5
2.3.4.5.	Implantação de academias de Saúde, na Sede do município, Canto de Moça, Umari, Nova Descoberta e Boa Vista	25	100	25	25	25	

R

PROGRAMA	2.3.5. Erradicação da Mortalidade Infantil e acompanhamento neonatal
OBJETIVO	Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança adequando-se, oferecendo melhoria da assistência ginecológica, ampliando o acesso, acolhimento e melhoria da qualidade do pré-natal, proporcionando a mãe e filho uma assistência de qualidade e humanizada.
ORGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Metas 2014-2017:

- Fortalecimento, ampliação e qualificação das redes de atenção integral as mulheres, crianças e adolescentes em situação de violências com destaque para a violência sexual e doméstica, incluindo a educação sexual e distribuição de métodos contraceptivos
- Fortalecimento e ampliação da rede de prevenção e controle do câncer de mama e colo de útero
- Aprimorar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança

Nº	INICIATIVAS	ÍNDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.5.1.	Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais	1	100	25	25	25	24
2.3.5.2.	Implantar a caderneta de Saúde do Adolescente pelos serviços de saúde	25	80	20	25	5	5
2.3.5.3.	Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna	25	80	20	25	5	5
2.3.5.4.	Ampliar o número de gestantes atendidas	25	80	20	25	5	5
2.3.5.5.	Ampliar a oferta de exames citopatológicos e radiológicos	25	80	20	25	5	5
2.3.5.6.	Implantar, através de adesão, o Programa Rede Cegonha	1	100	25	25	25	24

PROGRAMA	2.3.6. Universalização do Pronto Atendimento
OBJETIVO	Aprimorar o atendimento de urgência/emergência, garantindo a população acesso ao serviço de pré-atendimento de forma humanizada.
ORGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Metas 2014-2017:

Ampliação da capacidade resolutiva das Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas situações de urgência e emergência
Fortalecer o cuidado ao paciente com doenças circulatórias na urgência
Criar mecanismo de triagem de prioridades, baseado em critério de gravidade

Nº	INICIATIVAS	ÍNDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.6.1.	Aquisição de mais ambulâncias	20	80	15	15	15	15
2.3.6.2.	Equipar as ambulâncias existentes com materiais básicos para um socorro de qualidade	20	80	15	15	15	15
2.3.6.3.	Ampliar o atendimento de Plantão Médico, passando de 03 (três) plantões diurno e nos fins de semana, para atendimento de 24 horas semanalmente	20	80	15	15	15	15

B

PROGRAMA	2.3.7. Viver Melhor
OBJETIVO	Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de diabetes, hipertensão, transtornos mentais, problemas cardiovasculares/outros, estimulando o envelhecimento ativo, saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Metas 2014-2017:

Definição de linha de cuidado ao portador de doenças crônicas não transmissíveis - DCNT -, garantindo projeto terapêutico adequado, vinculação ao cuidador e à equipe, integralidade e continuidade no acompanhamento
Fortalecimento da gestão da rede de serviços visando qualificar os fluxos e respostas aos portadores de doenças crônicas
Implantação de um modelo de atenção integral à pessoa com doenças crônicas favorecendo a ampliação do grau de autonomia e promovendo independência para o auto cuidado
Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade (Apoio do NASF)
Promover, em parceria com a Secretaria de Habitação, Trabalho e Assistência Social, ações de conscientização dos perigos do oferecidos pelo fumo, pelo sal, açúcar e outros, com a participação de nutricionista, medico do PSF, agentes de saúde, fisioterapeuta, educador físico... oportunizando ao idoso a opção de envelhecer com saúde de qualidade.

Nº	INICIATIVAS	ÍNDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECEN TE	FUTUR O	2014	2015	2016	2017
2.3.7.1	Capacitar profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nas Unidades de Saúde - município;	20	80	15	15	15	15
2.3.7.2.	Implantar a caderneta do idoso, buscando atender a todos de forma humanizada e resolutiva	1	80	20	20	20	29
	Ampliar a visita domiciliar a pessoa idosa	1	80	20	20	20	29
2.3.7.3.	Implantar o cadastro de pessoa idosa portadora de doenças crônicas facilitando o atendimento farmacêutico	1	80	20	20	20	29

PROGRAMA	2.3.8. Modernização da Gestão
OBJETIVO	Contribuir para a adequada formação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Metas 2014-2017:

Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço
Consolidação das políticas de promoção de equidade

Nº	INICIATIVAS	ÍNDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.8.1.	Capacitar os trabalhadores da saúde para a oferta de um serviço eficiente, eficaz e humanizado	20	80	15	15	15	15
2.3.8.2.	Qualificar a equipe Gestora, no sentido de fortalecer e potencializar a capacidade de operar mudanças, produzir respostas mais qualificadas aos problemas e dificuldades no cotidiano do trabalho	20	80	15	15	15	15

PROGRAMA	2.3.9. Farmácia para Todos
OBJETIVO	Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Metas 2014-2017

Manutenção da política de assistência farmacêutica em resposta às demandas
Ofertar a população usuária, acesso aos medicamentos básicos da assistência farmacêutica

Nº	INICIATIVAS	ÍNDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.9.1.	Ampliar a oferta do número de medicamentos oferecidos pela farmácia básica, com foco em medicamentos de maior importância terapêutica;	20	80	15	15	15	15
2.3.9.2.	Possibilitar o acesso da população aos medicamentos essenciais com qualidade, promovendo o uso racional	20	80	15	15	15	15
2.3.9.3	Ampliar o número de farmácias (básica) no município	20	80	15	15	15	15

RB

PROGRAMA	2.3.10. Combate as drogas e proteção da família
OBJETIVO	Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, informando, desestimulando o uso inicial, incentivando a diminuição do consumo e conscientizando quanto aos riscos e danos associados ao seu uso.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Metas 2014-2017:

Prevenir o uso abusivo de álcool, tabaco e outras drogas lícitas e ilícitas no município
Ofertar o acesso à informação sobre uso de drogas e perigos que a mesma oferece

Nº	INICIATIVAS	ÍNDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.3.10.1	Promover ações educativas nas escolas, nas igrejas e comunidade em geral com vista à conscientização sobre os perigos do uso das drogas	20	80	15	15	15	15

RB

PROGRAMA	2.3.11. Proteção dos Mananciais e uso racional da água.
OBJETIVO	Coordenar o planejamento e a avaliação de Recursos Hídricos, em articulação com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade que deve promover a Regulação e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável .
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SERIVÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

Metas 2014-2017:

Apoio ao desenvolvimento do Plano de Recursos Hídricos
Gestão das águas subterrâneas
Implementar e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos
Implementar as questões relacionadas ao uso consciente da água

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECE NTE	FUTUR O	2014	2015	2016	2017
2.3.11.1.	Desenvolver, em parcerias com outras unidades administrativas, o Plano Municipal de Recursos Hídricos	1	100	25	25	25	25
2.3.11.2.	Implantar instrumentos de gestão do Plano de Gestão de Recursos Hídricos, de cobrança e sistema de informações	25	100	25	25	10	15
2.3.11.3.	Ampliar o universo dos usuários regularizados	25	100	25	25	10	15
2.3.11.4.	Reequipar o SAAE	10	90	20	20	20	20
2.3.11.5.	Realizar estudos voltados para previsão/qualidade de oferta de água pelos poços tubulares já existentes no município.	70	90	5	5	5	5
2.3.11.6.	Desenvolver ações que conscientizem a população sobre a importância do uso consciente da água	70	90	5	5	5	5

EIXO TEMÁTICO: 2.4. EDUCAR PARA A VIDA		
INDICADORES	REFERÊNCIAS	
	ANO BASE	ÍNDICE (%)
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais	2010	25,8
Taxa de analfabetismo na área Urbana	2010	22,4
Taxa de analfabetismo na Zona Rural	2010	26,3
Taxa de analfabetismo entre adolescentes de 10 a 14 anos	2010	10,8
Crianças atendidas na rede educacional por faixa etária - 0 a 3 anos	2010	21,8
Crianças atendidas na rede educacional por faixa etária - 4 a 5 anos	2010	87,6
Crianças atendidas na rede educacional por faixa etária - 6 a 14 anos	2010	95,8
Taxa de aprovação no 4º ano	2012	74,50
Taxa de aprovação no 9º ano	2012	85
Taxa de abandono no 4º ano	2012	1,70
Taxa de abandono no 6º ano	2012	19,20
Taxa de abandono no 9º ano	2012	9,0
Taxa de aprovação EJA	2012	52
Taxa de reprovação EJA	2012	15
Taxa de abandono EJA	2012	33
IDEB Observado (anos Iniciais)	2011	2,9
IDEB Observado (anos Finais)	2011	3,7
IDEB - Meta estabelecida pelo MEC 2017 (Anos Iniciais)	2011	4,6
IDEB - Meta estabelecida pelo MEC 2017 (Anos Finais)	2011	4,0
Oferta de Equipamentos Culturais	2012	1,0
Proporção de Investimento em Cultura no Orçamento Geral	2012	0,05

B

PROGRAMA:	2.4.1. MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR
OBJETIVO	Estabelecer, com a participação de outros entes federados, uma política de padrão mínimo de qualidade que assegure as condições necessárias de infraestrutura física para o cumprimento da missão da escola, oportunizando a permanência do aluno como forma de universalizar o acesso a educação básica com qualidade e eficiência.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

METAS 2014 -2017

Aumentar o investimento em educação através da ampliação de parcerias com a União e o Estado
Elevar a taxa de atendimento escolar da população entre 0 e 3 anos de idade
Reduzir a taxa de analfabetismo da população entre 10 e 14 anos de idade
Reduzir a taxa de analfabetismo na Zona Rural do Município
Elevar a taxa de escolaridade da população da zona rural

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.4.1.1.	Ampliação da rede física escolar com a construção de novas salas de aula, espaços para a prática de educação física, aumento da capacidade de armazenamento de água, construção de espaços para biblioteca e leitura,, depósitos adequados para armazenamento da merenda escolar, laboratórios de informática	20	100	20	20	20	20
2.4.1.2.	Reforma, recuperação e adequação da rede física existente	10	100	20	30	20	20
2.4.1.3.	Construção de 02 escolas, uma em Canto de Moça com 12 salas de aula para						

	funcionamento do Ensino Fundamental II, e outra com 06 salas de aula no Assentamento São Sebastião II.	1	100	30	40	29	
2.4.1.4.	Construção de creches	1	100	10	25	35	29

PROGRAMA:	2.4.2. MELHORIA DA QUALIDADE E UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO
OBJETIVO	Melhorar a qualidade da educação básica, apoiando o educando e a escola com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

METAS 2014 -2017

Reduzir os índices de abandono escolar nas classes de Educação de Jovens e Adultos
Reduzir os índices de abandono escolar em especial no 6º e 7º anos
Expandir a nota do IDEB para 4,6 nos anos iniciais
Expandir a nota do IDEB para 4,0 nos anos finais
Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.4.2.1.	Disponibilização de internet banda larga em 100% as escolas	20	100	20	20	20	20
2.4.2.2.	Reequipamento de 100% das Escolas	40	100	20	20	10	10
2.4.2.3.	Melhorar a prestação de						

	assistência ao educando através da aquisição de ônibus escolar, disponibilização de transporte exclusivo para professores, fardamento, material didático pedagógico e material escolar	60	100	10	10	10	10
2.4.2.4.	Melhorar o programa de alimentação escolar através do fortalecimento do Programa Merenda em Casa	20	100	20	20	20	20
2.4.2.5.	Implantação do reforço escolar e do programa de correção idade X série	1	80	20	20	20	19
2.4.2.6.	Fortalecimento das ações educacionais através da readequação do currículo escolar, acompanhamento pedagógico de professores, fortalecimento da supervisão escolar	60	100	10	10	10	10
2.4.2.7.	Implantação do Plano de Carreira do Magistério	60	100	10	10	10	10
2.4.2.8.	Implantação do Programa "Descobrir Talentos Através do Esporte" através de parceria com a Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Lazer	1	100	25	25	25	24
2.4.2.9.	Melhorar a questão logística através da aquisição de veículos adequados para o transporte de alimentos e funcionamento da biblioteca itinerante.	1	100	50	49		

PROGRAMA:	2.4.3. MANUTENÇÃO DA GESTÃO E DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS
OBJETIVO	Manter o bom funcionamento dos serviços administrativos de todas as unidades da Secretaria, e assegurar o funcionamento dos programas educacionais existentes.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

METAS 2014 -2017

Assegurar a boa gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Fortalecer o funcionamento dos programas educacionais e de apoio existentes
Ofertar condições de bom funcionamento a todos os setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Garantir a formação de Corpo Técnico

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.4.3.1.	Manutenção e Funcionamento da Secretaria	60	100	10	10	10	10
2.4.3.2.	Manutenção do FUNDEB 60%						
2.4.3.3.	Manutenção das ações financiadas com o FUNDEB 40%	60	100	10	10	10	10
2.4.3.4.	Fortalecimento e Manutenção do Programa de Alimentação Escolar (PNAE)	80	100	5	5	5	5
2.4.3.5.	Fortalecimento e Manutenção do Programa de Transporte do Escolar (PNATE)	60	100	10	10	10	10
2.4.3.6.	Manutenção das ações relativas ao ensino infantil	60	100	10	10	10	10
2.4.3.7.	Manutenção das atividades de desenvolvimento do ensino fundamental	80	100	5	5	5	5
2.4.3.8.	Manutenção de atividades relativas ao Ensino Médio	5	20	2,5	2,5	5	5
2.4.3.9.	Manutenção de atividades relativas ao ensino superior	5	20	2,5	2,5	5	5
2.4.3.10	Manutenção das atividades do						

B

	Programa de Educação e Jovens e Adultos	60	100	10	10	10	10
2.4.3.11.	Apoio a formação e qualificação profissional	30	70	10	10	10	10
2.4.3.12.	Manutenção das atividades financiadas com recursos do PDDE	80	100	5	5	5	5
2.4.3.13.	Reequipamento das unidades da Secretaria Municipal de Educação	70	100	5	5	10	10

PROGRAMA	2.4.4. CULTURA E INCLUSÃO SOCIAL E CULTURAL
OBJETIVO	Contribuir para o desenvolvimento cultural e formação integral do cidadão promovendo a difusão e a inclusão cultural e social, dinamizando a cultura junto a população.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

METAS 2014 -2017

Aumentar o investimento no setor de cultura através de parcerias com outras esferas de governo
Aumentar a oferta de equipamentos culturais
Promover a integração escola-comunidade através das ações culturais
Resgatar as expressões culturais, gastronômicas e tradições

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
2.4.4.1.	Programa de resgate histórico e cultural do Município e implantação do calendário cultural	30	100	20	20	20	10
2.4.4.2.	Construção de espaço físico para abrigar a Biblioteca Pública Municipal	1	100	10	80	9	-
2.4.4.3.	Renovação do acervo da biblioteca municipal	30	100	-	-	70	-
2.4.4.4.	Criação e manutenção da						

	banda marcial	1	100	10	70	10	9
2.4.4.5.	Criação e implantação da escola de música	1	100	10	40	25	24

R

PROGRAMAS TEMÁTICOS
INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO URBANO

EIXO TEMÁTICO	3.1. INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
	INDICADORES	REFERÊNCIAS
		ANO BASE
Acessibilidade em prédios públicos	2012	20
Obras facilitadoras da modalidade urbana	2012	3
Rede de saneamento em relação a domicílios	2012	10
Pavimentação e drenagem em relação à área urbana	2012	40

PROGRAMA:	3.1.1. AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA
OBJETIVO	Ampliar, melhorar e dinamizar a infraestrutura urbana e de mobilidade visando a elevação da qualidade de vida da população.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

METAS 2014 -2017

Aumentar o investimento no Setor de infraestrutura urbana através da ampliação de parcerias com a União e o Estado
Ampliar a rede de abastecimento e de água para atendimento a população urbana e de Distritos urbanizados
Elevar os índices de população atendido pela rede de esgoto
Ampliar e melhorar a rede de mobilidade urbana

Nº	INICIATIVAS	ÍNDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
3.1.1.1	Extensão da rede de esgoto	30	80	10	10	10	20
3.1.1.2	Construção de abrigos de passageiros	10	80	10	10	25	25
3.1.1.3	Reforma e adequação de prédios públicos	60	80	5	5	5	5
3.1.1.4	Construção , pavimentação e drenagem de vias urbanas	60	90	10	5	5	10
3.1.1.5	Construção e melhoria de estradas	50	90	10	10	10	10
3.1.1.6	Construção de Obras de Urbanização	30	80	10	10	10	20
3.1.1.7	Construção da garagem Municipal	1	100	19	80	-	-

PROGRAMA	3.1.2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
OBJETIVO	Ampliar, em parceria com outras Secretarias Municipais, o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada junto à população.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Metas 2014-2017

Fortalecimento para a gestão municipal dos serviços de resíduos sólidos urbanos
Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		RECENTE	FUTURO	2014	2015	2016	2017
3.1.2.1.	Implantar a coleta seletiva nos órgãos públicos	1	80	19	20	20	20
3.1.2.2.	Ampliar a coleta regular de lixo na sede e Distritos mais populosos	80	100	5	5	5	5
3.1.2.3.	Reequipamento do setor	20	80	15	15	15	15
3.1.2.3.	Elaboração e Implementação do Plano de Resíduos Sólidos	0	100	40	20	20	20



PROGRAMA	1.5. FORTALECIMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
OBJETIVO	Fortalecer as ações do Legislativo Municipal dotando-o de melhores condições para o bom exercício das suas funções legislativa e administrativa, visando elevar a eficiência e eficácia dos serviços desenvolvidos
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CÂMARA MUNICIPAL

Metas 2014-2017

Modernizar e tornar mais eficiente a administração DO Poder Legislativo Municipal
Fortalecer a técnica legislativa
Ampliar os recursos de interação do cidadão com o legislativo municipal

Nº	INICIATIVAS	INDICE (%)		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL			
		REC ENT E	FUTU RO	201 4	201 5	201 6	20 17
1.1.5. 1	Reequipamento da Câmara Municipal	60	100	10	10	10	10
	Reforma das instalações físicas da Câmara Municipal	80	100	5	5	5	5
	Qualificação e capacitação de pessoal	60	100	10	10	10	10
	Implantação do controle interno e da transparência	5	100	80	5	5	5

ANEXO II

MATRIZ DE FINANCIAMENTO DO PLANO

Os valores das Receitas do Município para o período do Plano Plurianual 2014 - 2017 foram estimados considerando o desempenho da receita arrecadada em 2012, a reestimativa para 2013 os cenários econômicos e a perspectiva de crescimento da arrecadação própria, a partir da implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária.

Os parâmetros financeiros que nortearam a projeção dos valores das receitas orçamentárias foram os índices projetados pelo IBGE e aplicados conforme sua origem e natureza:

- **Receita Própria – IPCA - E**, acrescida de expectativa de crescimento real de 15% (quinze por cento) ao ano;
- **Receita da Administração Indireta** – Com base na perspectiva de implantação da estrutura do SAAE em 2014, início da arrecadação para 2015 e consolidação da arrecadação para o ano de 2016;
- **Receitas Transferidas da União – IPCA;**
- **Receitas Transferidas do Estado – IPCA**, com base nas Receitas Previstas no Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte
- **Receitas de Operações de Crédito** – Expectativa de captação de recursos para financiar o Projeto de Desenvolvimento Econômico para o Município



ANEXO II

MATRIZ DE FINANCIAMENTO DO PLANO

Os valores das Receitas do Município para o período do Plano Plurianual 2014 - 2017 foram estimados considerando o desempenho da receita arrecadada em 2012, a reestimativa para 2013 os cenários econômicos e a perspectiva de crescimento da arrecadação própria, a partir da implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária.

Os parâmetros financeiros que nortearam a projeção dos valores das receitas orçamentárias foram os índices projetados pelo IBGE e aplicados conforme sua origem e natureza:

- **Receita Própria – IPCA** - E, acrescida de expectativa de crescimento real de 15% (quinze por cento) ao ano;
- **Receita da Administração Indireta** - Com base na perspectiva de implantação da estrutura do SAAE em 2014, início da arrecadação para 2015 e consolidação da arrecadação para o ano de 2016;
- **Receitas Transferidas da União – IPCA;**
- **Receitas Transferidas do Estado – IPCA**, com base nas Receitas Previstas no Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte
- **Receitas de Operações de Crédito** – Expectativa de captação de recursos para financiar o Projeto de Desenvolvimento Econômico para o Município



PERSPECTIVA DE ARRECAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	2014	2015	2016	2017	R\$ 1,00 TOTAL
1. PRÓPRIA	1.117.000,00	1.289.900,00	1.479.935,00	1.701.927,00	5.588.762,00
IMPOSTOS	650.000	747.500,00	859.625,00	988.568,00	3.245.693,00
TAXAS	47.000	56.400,00	64.860,00	74.592,00	242.852,00
OUTRAS RECEITAS	420.000	486.000,00	555.450,00	638.767,00	2.100.217,00
2. TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAL	32.900.000	37.835.000	43.510.250	50.036.787	164.282.037,00
2.1 UNIÃO	30.800.000	35.420.000,00	40.733.000,00	46.842.950,00	153.795.950,00
2.2 ESTADO	2.100.000	2.415.000,00	2.777.250,00	3.193.837,00	10.486.087,00
3 (-) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA O FUNDEB	1.820.000	2.093.000,00	2.406.950,00	2.767.992,00	9.087.942,00
4 RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	55.000,00	62.000,00	87.000,00	95.000,00
SUB-TOTAL	32.197.000,00	37.086.900,00	42.645.235,00	49.057.722,00	160.986.857,00
5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	-	5.000.000,00
6. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2.500.000,00	2.800.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00	9.800.000,00
7. ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	30.000,00	20.000,00	20.000,00	90.000,00
TOTAL GERAL	36.717.000,00	41.916.900,00	45.665.235,00	51.577.722,00	175.876.857,00

PROJEÇÃO DE DESPESA POR EIXO TEMÁTICO E PODER

R\$ 1,00

1 - EIXO TEMÁTICO / GESTÃO E INVESTIMENTOS	% - SOBRE A RECEITA PREVISTA
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL	20
COMBATE A POBRESA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS	15
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	21
EDUCAR PARA A VIDA	30
GESTÃO E COVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA	4
INFRAESTRUTURA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL	10

2. MANUTENÇÃO DA GESTÃO	% SOBRE O VALOR PREVISTO PARA O PODER
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	85
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	80





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
PALÁCIO BARTOLOMEU BARBOSA DA SILVA
Rua José Camilo Bezerra – S/N – Centro
CEP: 59.490-000 – Ielmo Marinho / RN
Fone e Fax: 3267-0095 – CNPJ: 09.394.859/0001-05

Ofício Nº 33/2013

Ielmo Marinho, 30 de outubro de 2013.

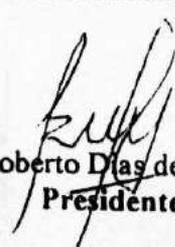
Senhor Prefeito,

Venho através do presente, comunicar que o Projeto de Lei Nº 11/2013, da iniciativa do Poder Executivo Municipal, Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2014/2017 e dá outras providencias, foi aprovado por unanimidade em 1º turno, pelos Vereadores presentes na Sessão Ordinária do dia 14 de agosto 2013 e em segundo turno também foi aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária do dia 23 de outubro 2013.

Estamos remetendo, em anexo, cópia da referida matéria para que receba a correspondente sansão.

Sem mais, para o momento aproveito o ensejo para renovar os meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


José Roberto Dias de Mesquita
Presidente

Exmoº Sr.
Bruno Patriota Medeiros
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho
NESTA

RECEBIDO EM

30/10/2013

